



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**RETIFICAÇÃO N° 01**  
**CONSOLIDADO EM 23/09/2025**  
**PROCESSO LICITATÓRIO 046/2025**  
**INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO 015/2025**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP torna público ato de retificação do edital nos seguintes pontos:

- Alteração no anexo V deste Edital;

Todas as inclusões estão destacadas em **verde** para facilitar a localização das mesmas.

Diante da retificação e considerando que a alteração não modifica nenhuma obrigação ou requisito de habilitação, os interessados já poderão se credenciar, devendo o credenciamento ser realizado conforme disposto no edital.

---

**Fernando Breno Valadares Vieira**  
**Presidente do CISALP**





**EDITAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 046/2025**

**INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO N° 015/2025**

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Alto Paranaíba – CISALP, através da Comissão Permanente de Licitação, divulga para conhecimento do público e interessados, que está procedendo ao Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de Transporte de Pacientes para unidades de saúde localizadas fora do município, para atender às necessidades da população que demandam de especialidades médicas não cobertas pelas unidades de saúde dos municípios consorciados ao CISALP. Vale ressaltar que não há garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado por contratação individualizada de produção (item), conforme detalhamento na tabela abaixo, estabelecida de acordo com as condições e exigências delineadas neste instrumento, por meio de procedimento auxiliar de credenciamento, com base no artigo 79, I “caput”, da lei 14.133/21, **a partir de 27 de agosto de 2025, no horário das 08:00 às 16:00 horas, na sede do CISALP**, com endereço na Rua Osvaldo Avelar, n° 182, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa/MG, CEP 38.720-000, **permanecendo em aberto, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado de acordo com a lei 14.133 de 1° de abril de 2021 e suas alterações, após publicado**, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta do Contrato, cujos termos o integram.

O presente processo licitatório será regido pelas disposições da Lei 14.133/2021 e Resolução do CISALP N° 008 de 11 de março de 2025.

**INTEGRAM O PRESENTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:**

- I. Anexo I: Termo de Inscrição para credenciamento;**
- II. Anexo II: Declaração de concordância com o edital;**
- III. Anexo III: Declaração de disponibilidade, aptidão e capacidade para atendimento;**
- IV. Anexo IV: Modelo de Declaração de que não emprega menores;**
- V. Anexo V: Relação de itens com preço (s) de referência para contratação;**
- VI. Anexo VI: Declaração de Dados Bancários;**
- VII. Anexo VII: Declaração Simples Nacional;**
- VIII. Anexo VIII: Modelo de Solicitação de Credenciamento;**
- IX. Anexo IX: Modelo das Declarações;**
- X. Anexo X: Estudo Técnico Preliminar – ETP;**
- XI. Anexo XI: Termo de Referência – TR;**
- XII. Anexo XII: Formulário de Requerimento de Prestação de Serviços;**
- XIII. Anexo XIII: Minuta de Contrato;**





## 1. DO OBJETO

Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de Transporte de Pacientes para unidades de saúde localizadas fora do município, para atender às necessidades da população que demandam de especialidades médicas não cobertas pelas unidades de saúde dos municípios consorciados ao CISALP.

## 2. DO PRAZO E FORMA DE CREDENCIAMENTO

O credenciamento ocorrerá a partir de 26 de agosto de 2025, no horário das 08:00 às 16:00 horas, devendo todos os interessados encaminhar TODOS os documentos necessários para o e-mail [suportelicitacao@cisalp.mg.gov.br](mailto:suportelicitacao@cisalp.mg.gov.br), permanecendo em aberto, por um período de 12 (doze) meses a partir, após publicado, podendo ser prorrogado de acordo com a lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta do Contrato, cujos termos o integram.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

**3.1.** O (s) interessado (s) deverá (ão) apresentar, para credenciamento, a relação de prestação de serviços, juntamente com a documentação exigida para habilitação, no prazo e local constantes do item 2 deste edital, em conformidade com os seguintes requisitos:

### **3.2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

**3.2.1.** Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em originais, ou publicação em órgão oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou por servidor do CISALP, mediante apresentação de cópias acompanhadas dos originais.

**3.2.2.** As certidões exigidas deverão estar dentro do prazo de validade. Na ausência de definição da validade, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.

**3.2.3.** Produzirão os mesmos efeitos para os fins deste edital as certidões negativas de débito (CND) e as certidões positivas com efeito de negativas (CPD-EN).

**3.2.4.** A documentação exigida será vistoriada pela comissão permanente de licitações e contratos, ou órgão correspondente.

**3.2.5.** Não poderão participar do credenciamento, aqueles que não apresentarem a documentação constante dos itens 3.3.

### **3.3. DOCUMENTOS PESSOA JURÍDICA**

#### **3.3.1. DECLARAÇÕES QUE A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR**

**I. Termo de Inscrição para credenciamento (Anexo I);**

**II. Declaração de concordância com o edital assinado por Diretor Administrativo, ou cargo equivalente (Anexo II);**

**III. Declaração de disponibilidade, aptidão e capacidade de atendimentos compatíveis com o objeto do credenciamento quantitativo à disposição e horários (Anexo III);**





- IV. Declaração de que não emprega menores, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Decreto nº 4.358/2002 (Anexo IV);**
- V. Relação de itens com preços (s) de referência para credenciamento Anexo V.**
- VI. Declaração dados bancários (Anexo VI).**
- VII. Declaração Simples Nacional (Anexo VII).**
- VIII. Declaração Referente ao Credenciamento - 1 (Anexo VIII).**
- IX. Declaração assinada pelo Representante Legal da Empresa contendo o seguinte conteúdo:**
- I.** DECLARO sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme cita em seu art. 156, que esta Empresa não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública e nem foi declarada inidônea, ciente de declarar ocorrências posteriores.
- II.** DECLARO sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021 que esta Empresa não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- III.** DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- IV.** DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- V.** DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- VI.** Comprovação, para fins de demonstração de capacitação operacional, de possuir aptidão para a execução dos serviços, mediante a apresentação de atestado/certidão emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado de que a empresa proponente executou a qualquer tempo, serviços de característica semelhantes ao licitado.
- VII.** Não serão considerados os atestados que tenham sido emitidos por empregados ou terceirizados da pessoa jurídica ou que não atendam ao acima disposto.
- VIII.** Certificação de transporte de passageiros por órgão competente, estando o veículo em perfeitas condições de rodagem assim como motorista devidamente habilitado.
- IX.** Demais documentos ou exigências necessárias que esta Secretaria/este Consórcio julgar necessário;





X. Atender as exigências de acessibilidade da Resolução CONTRAN nº. 961/2022 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

**3.3.2. CERTIDÕES QUE A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR:**

**3.3.2.1.** Registro Comercial no caso de empresa individual;

**3.3.2.2.** **Ato constitutivo, estatuto, ou contrato social e último aditivo contratual**, que contenha as alterações em vigor, devidamente registrados, em que se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de seus administradores;

**3.3.2.3.** **Decreto de autorização de funcionamento**, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente;

**3.3.2.4.** **Documento comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

**3.3.2.5.** **Documentos dos sócios administradores, ou cargo equivalente;**

**3.3.2.6.** Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio do interessado licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, cuja prova dar-se-á pela apresentação dos seguintes documentos:

**I. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

**II. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede** da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

**III. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

**IV.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** comprovando a inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ou documento equivalente que comprove regularidade;

**VI. Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS** ou documento equivalente que comprove a regularidade;

**VII. Certidão de Falência e Concordata.**

**VIII. Alvará de Localização e Funcionamento, segundo a legislação vigente, quando o couber.**

**3.3.2.7 DEVERÁ AINDA, JUNTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

**I.** Do Veículo:





- II. CNH – Carteira Nacional de Habilitação válida adequada para o tipo de veículo e serviço a ser prestado do motorista do veículo.
- III. Documento Único de Transferência (DUT) do veículo preenchido em nome do licitante com firma reconhecida;
- IV. Cópia Autenticada de comprovação de quitação do IPVA/2025.
- V. A capacidade mínima de passageiros será de 16 (dezesesseis) lugares, e veículo com no máximo 10 (dez) anos de fabricação.
- VI. Apólice de seguro veicular com cobertura a passageiros e a terceiros.
- VII. Documentos da ANTT e demais que autorizam o transporte de pessoas;
- VIII. Do Motorista:
  - a. Cópia autenticada do comprovante de habilitação do motorista que irá conduzir o veículo na categoria “D”, de acordo com o Código Nacional de Trânsito;
  - b. Cópia autenticada do Certificado de Conclusão do Curso de Transporte de Passageiros com prazo de validade em vigor, promovido por órgão devidamente credenciado para esse fim, em nome do Licitante ou do Condutor autorizado.

**3.4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** Deverá a licitante apresentar os documentos relacionados no item 10.5 e demais documentos arrolados no Termo de Referência.

**3.5. DOS IMPEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO:** É vedado o credenciamento nos termos deste edital, nos seguintes casos:

- I. Para profissionais que forem servidores públicos em exercício de cargo em comissão, ou função gratificada;
- II. Para pessoas jurídicas que não cumpram as exigências deste edital.

#### **4. DO PROCEDIMENTO**

**4.1.** O recebimento dos envelopes de habilitação e credenciamento terá início na data estipulada neste edital, podendo os documentos serem enviados ao e-mail [licitacao@cisalp.mg.gov.br](mailto:licitacao@cisalp.mg.gov.br).

**4.2.** A Comissão de Licitação poderá convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários.

**4.3.** Após a análise, a Comissão, com base no parecer dos técnicos da Secretaria Executiva decidirá pela Aceitação ou Recusa do Credenciamento.

**4.4.** A recusa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos por este Edital.

**4.5.** Serão credenciadas todas as empresas que satisfizerem as exigências contidas neste edital.

**4.6.** Recebidos os documentos, o servidor responsável terá 05 dias úteis para conferência da documentação enviada pelos interessados.

**4.7.** Após o envio completo da documentação e habilitação dos interessados, o credenciamento será finalizado em até 07 dias úteis, contados do dia em que foi encaminhado TODOS os documentos regularizados.

#### **5. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**





As condições de valor e forma de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **6. DAS RETENÇÕES FISCAIS**

**6.1. DO IMPOSTO DE RENDA:** Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

**6.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL:** Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

**6.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) -** Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

**6.4.** A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

**6.5.** A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.

## **7. DO REAJUSTE**

**7.1.** Os valores e quantitativos de procedimentos previstos no Termo de Referência que compõe o anexo XI deste Edital poderão ser atualizados e republicados a qualquer tempo, vinculando os contratos existentes a partir de sua publicação, tornando o processo duradouro e atendente às demandas públicas. A atualização dos valores poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.

**7.2.** Para ocasião do Processo Licitatório em questão, os valores elencados se referem a realização, pelo CISALP, de pesquisa de mercado para obter valores adequados, considerando o menor valor, conforme estabelecido no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.3.** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATADA, esta deverá comprovar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da composição da proposta e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que comprovem que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente avençadas.





**7.4.** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo CISALP e/ou municípios consorciados, deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo ao erário público.

**7.5.** Fica facultado ao CISALP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

**7.6.** A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do CISALP.

**7.7.** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços acordados no presente instrumento.

**7.8.** Os valores a serem pagos pela execução do objeto do credenciamento serão fixos e irrevogáveis, ressalvada a hipótese de alteração de preços da tabela do CISALP sofrer reajuste, conforme deliberação do Conselho de Secretários, Assembleia Geral, Legislação Vigente e normas descritas no item 7.

## **8. DO CONTRATO**

**8.1.** Será firmado o Termo de Contrato com validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos das alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 da Lei 14.133/21 até o limite de 120 (cento e vinte) meses tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

**8.2.** O credenciado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante solicitação e aceite por parte do contratante, contados a partir da convocação pela Administração para assinatura do contrato ou Termo de Credenciamento.

## **9. PENALIDADES E SANÇÕES**

**9.1.** O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Termo de Contrato, para cada notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

**9.2.** A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

**9.3.** O CONTRATADO ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

**9.4.** Verificada uma das hipóteses previstas nos sub-itens anteriores, o CISALP poderá optar pela convocação dos demais contratados, se houver.

**9.5.** Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado o CISALP poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Contrato juntamente com as seguintes sanções.

I. Advertência.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



II. Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

**9.6.** As sanções previstas na alínea “C”, do sub-item 9.2.2, são de competência exclusiva do Presidente do CISALP, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

## **10. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

**10.1.** As impugnações ao presente edital convocatório deverão ser dirigidas à Comissão de Licitação do CISALP, até 2 (dois) dias úteis antes da primeira data fixada para a abertura dos envelopes de credenciamento.

**10.2.** Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento, poderão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do dia, subsequente à intimação dos atos. A petição devidamente fundamentada deverá ser dirigida à Comissão de Licitação do CISALP, através do e-mail [credenciamentos@cisalp.mg.gov.br](mailto:credenciamentos@cisalp.mg.gov.br).

## **11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As dotações orçamentárias são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Faz parte integrante deste edital todos os anexos abaixo relacionados.

**12.2.** O presente instrumento e seus anexos poderão ser retificados a qualquer tempo para correções de erros, inclusão de novos itens e atualização de valores. Eventuais mudanças serão publicadas no Diário Oficial do CISALP e site deste consórcio.

**12.3.** Fica eleito o foro da Comarca de Patos de Minas/MG, para solucionar quaisquer questões oriundas deste edital.

**12.4.** Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a este credenciamento, serão prestados pelo telefone (34)3824-1710, ou ainda pelo e-mail [licitacao@cisalp.mg.gov.br](mailto:licitacao@cisalp.mg.gov.br).

Lagoa Formosa, 11 de agosto de 2025

**Fernando Breno Valadares Vieira**  
**Presidente do CISALP**





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**ANEXO I**

**TERMO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO NO PROCESSO  
LICITATÓRIO N° 046/2025, INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO  
N° 015/2025**

<b>DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>	
01. NOME DA EMPRESA	02. CPF/CNPJ
03. ENDEREÇO	04. BAIRRO
05. CIDADE/UF	06. CEP
07. TELEFONES	08. E-MAIL
<b>DADOS DO DIRIGENTE/PROFISSIONAL RESPONSÁVEL</b>	
09. NOME DO DIRIGENTE/PROFISSIONAL RESPONSÁVEL	10. RG
11. CPF	12. OUTRO
13. ENDEREÇO	14. BAIRRO
15. CIDADE/UF	16. CEP
17. TELEFONES	18. E-MAIL

Lagoa Formosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Licitante





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



## ANEXO II

### **DECLARAÇÃO CONCORDÂNCIA COM EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2025, INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 015/2025**

#### **À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CISALP,**

O licitante (pessoa física/jurídica) (\*\*\*\*\*), inscrito no CPF/CNPJ (\*\*\*\*\*), por intermédio do seu representante, (\*\*\*\*\*), portador da identidade (\*\*\*\*\*) e do CPF (\*\*\*\*\*), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório em epígrafe, sob a modalidade Inexigibilidade por Credenciamento 015/2025, instaurado pelo CISALP, que estamos de acordo com todas as disposições do referido edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Lagoa Formosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Licitante





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



### ANEXO III

## **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE, APTIDÃO E CAPACIDADE PARA ATENDIMENTO**

### **À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CISALP**

Declaramos sob as penas da lei e para fins de direito, na qualidade de licitante, do Processo Licitatório n° 046/2025, Inexigibilidade por Credenciamento n° 015/2025, em cumprimento ao instrumento convocatório, que o(s) profissional(is) integrante(s) da Equipe Técnica indicado(s) para este certame possui(em) vínculo com nossa empresa, e que o(s) responsável(is) técnico(s) detentor(es) do(s) atestado(s) de capacidade técnica será(ão) o(s) responsável(is) em todas as fases deste procedimento licitatório até a conclusão do objeto do contrato, não sendo substituído(s), salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância do CISALP, apresentando para tal fim, o acervo do novo profissional a ser incluído, que deverá possuir igual ou superior qualificação com relação ao anterior, bem como as demais comprovações, dos seguintes profissionais:

a) \_\_\_\_\_

[Profissão, Nome, Documento e Assinatura]

b) \_\_\_\_\_

[Profissão, Nome, Documento e Assinatura]

Por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Lagoa Formosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Licitante



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



#### ANEXO IV

#### **DECLARAÇÃO DO ARTIGO 7º, XXXIII, CF**

O licitante (pessoa física/jurídica) (\*\*\*\*\*), inscrito no CPF/CNPJ (\*\*\*\*\*), por intermédio do seu representante, (\*\*\*\*\*), portador da identidade (\*\*\*\*\*) e do CPF (\*\*\*\*\*), **DECLARA**, na qualidade de licitante, do Processo Licitatório nº 046/2025, Inexigibilidade por Credenciamento nº 015/2025, para fins do disposto nos termos do inciso XXXIII no art. 7º da Constituição Federal e inciso VI Art 68 da Lei Federal nº 14.133/21 que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei Federal nº 9.854/99.

Lagoa Formosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Licitante





**ANEXO V**

**RELAÇÃO DE ITENS COM PREÇO (S) DE REFERÊNCIA PARA A  
INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO 015/2025**

**(NESTE ANEXO A EMPRESA DEVERÁ COLOCAR SOMENTE OS ITENS  
PARA OS QUAIS IRÁ CREDENCIAR OS SERVIÇOS). A QUANTIDADE  
TOTAL DO CREDENCIAMENTO SERÁ DIVIDIDA PARA TODOS OS  
PRESTADORES CONTRATADOS.**

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁR IO	VALOR TOTAL
1.	10943	Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados. O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>16 (dezesseis) lugares</b> , possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve estar em bom estado de conservação, com no máximo 5 (cinco) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurcidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista devidamente habilitado.	KM	70.000/km rodados	R\$7,76	R\$543.200,00
2.	10944	Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento	KM	90.000/km rodados	R\$8,76	R\$788.400,00





		<p>de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados.</p> <p>O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>21 (vinte e um) lugares</b>, possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve possuir elevador para acessibilidade de cadeirantes e estar em bom estado de conservação, com no máximo 5 (cinco) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista devidamente habilitado.</p>				
3.	10945	<p>Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados.</p> <p>O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>32 (trinta e dois) lugares</b>, possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve possuir elevador para acessibilidade de cadeirantes e estar em bom estado de conservação, com no máximo</p>	KM	120.000/km rodados	R\$11,71	R\$1.405.200,00





		5 (cinco) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista/conductor devidamente habilitado.				
4.	10946	<p>Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados.</p> <p>O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>54 (cinquenta e quatro) lugares</b>, possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve possuir elevador para acessibilidade de cadeirantes e estar em bom estado de conservação, com no máximo 5 (cinco) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista/conductor devidamente habilitado.</p>	KM	170.000/km rodados	R\$12,00	R\$2.040.000,00

Lagoa Formosa, (\*\*) de (\*\*\*\*\*) de 2025.

Assinatura do Licitante





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**ANEXO VI**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 046/2025**

**LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO N° 015/2025**

FICHA CADASTRAL/DADOS BANCÁRIOS CNPJ:

RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CIDADE:	UF:	
CEP:	TEL (1):	TEL (2):	
E-MAIL:		SITE:	
CONTATO:			TEL:
REPRESENTANTE LEGAL (1):			
RG:	EMISSOR:	CPF:	CARGO:
REPRESENTANTE LEGAL (2):			
RG:	EMISSOR:	CPF:	CARGO:
DADOS BANCÁRIOS			
BANCO:		N° DO BANCO:	
AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:		

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_





## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO EMPRESA OPTANTE SIMPLES NACIONAL

A empresa \_\_\_\_\_, sediada à Rua \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o n° \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) Sr (a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob n° \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de não incidência na fonte do Imposto de renda conf. Previsto no Art. 1º da IN 765 de 02/08/2007, a que se refere o art. 64 da Lei n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (SIMPLES NACIONAL), nos termos da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

**I.** Preenche os seguintes requisitos:

**a.** Conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

**b.** Apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

**II.** O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n° 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Lagoa Formosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal, carimbo CNPJ ou papel timbrado da empresa.





## ANEXO VIII

### MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

(Em papel timbrado da empresa ou identificação do interessado no credenciamento)

**Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP**

**Ref.: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO N° 015/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 046/2025**

**Objeto:** Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de Transporte de Pacientes para unidades de saúde localizadas fora do município, para atender às necessidades da população que demandam de especialidades médicas não cobertas pelas unidades de saúde dos municípios consorciados ao CISALP.

Vale ressaltar que não há garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado por contratação individualizada de produção (item), conforme detalhamento na tabela abaixo, estabelecida de acordo com as condições e exigências delineadas neste instrumento.

Prezados senhores,

Em cumprimento aos ditames editalícios, solicitamos o nosso credenciamento ao processo administrativo n° 046/2025, Inexigibilidade por Credenciamento n° 015/2025, e utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo relacionados, necessários ao credenciamento para prestação dos serviços:

- I. Ato Constitutivo;
- II. Cartão do CNPJ;
- III. Documentos Pessoais Sócios;
- IV. Documentos do Responsável Técnico no Conselho Profissional;
- V. Certidão do FGTS;
- VI. CNDT;
- VII. CND Federal;
- VIII. CND Estadual;
- IX. CND Municipal;
- X. Certidão Negativa de Falência ou Concordata;
- XI. Declarações do edital (I ao IX);
- XII. Do Veículo:
  - a. CNH – Carteira Nacional de Habilitação válida adequada para o tipo de veículo e serviço a ser prestado do motorista do veículo.
  - b. Documento Único de Transferência (DUT) do veículo preenchido em nome do licitante com firma reconhecida;
  - c. Cópia Autenticada de comprovação de quitação do IPVA/2025.
  - d. A capacidade mínima de passageiros será conforme tabela deste Termo, e o veículo deverá ter no máximo 10 (dez) anos de fabricação.
  - e. Apólice de seguro veicular com cobertura a passageiros e a terceiros.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**XIII. Do Motorista:**

- a. Cópia autenticada do comprovante de habilitação do motorista que irá conduzir o veículo na categoria “D”, de acordo com o Código Nacional de Trânsito;
- b. Cópia autenticada do Certificado de Conclusão do Curso de Transporte de Passageiros com prazo de validade em vigor, promovido por órgão devidamente credenciado para esse fim, em nome do Licitante ou do Condutor autorizado.

Na oportunidade, credenciamos junto ao CISALP o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_, endereço eletrônico \_\_\_\_\_, ao qual outorgamos os mais amplos poderes, inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no processo de credenciamento. (opcional)

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Nome do representante legal  
Cargo





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



## ANEXO IX

### MODELO DAS DECLARAÇÕES

**Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP**

**Ref.: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO N° 015/2025 - PROCESSO N° 046/2025**

**Objeto:** Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de Transporte de Pacientes para unidades de saúde localizadas fora do município, para atender às necessidades da população que demandam de especialidades médicas não cobertas pelas unidades de saúde dos municípios consorciados ao CISALP.

Vale ressaltar que não há garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado por contratação individualizada de produção (item), conforme detalhamento na tabela abaixo, estabelecida de acordo com as condições e exigências delineadas neste instrumento.

(nome da empresa), CNPJ-MF n.º ....., sediada (endereço completo), telefone (xx) xxxx-xxxx, e-mail: ....., tendo examinado o Edital, vem declarar sob as penas da lei:

- a.** Para fins de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que em seu quadro de funcionários não há empregados menores de 18 anos na realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que também não há empregados menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- b.** Que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- c.** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d.** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- e.** A inexistência de fato impeditivo de credenciamento;
- f.** Que atenderá ao quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados, conforme item 3.6 do anexo II deste Edital, no ato da contratação;
- g.** Que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao credenciamento em causa e nossa plena concordância com as condições constantes do respectivo Edital e seus anexos.

(localidade), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante legal





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



## ANEXO X

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

##### 1.1 Categoria do objeto:

Prestação de Serviços Continuada.

##### 1.2 Processo Administrativo:

Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de Transporte de Pacientes para unidades de saúde localizadas fora do município, para atender às necessidades da população que demandam de especialidades médicas não cobertas pelas unidades de saúde dos municípios consorciados ao CISALP.

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DO SERVIÇO

**2.1.** O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, em face da necessidade de contratar empresas especializadas para prestar serviços de transporte sanitário intermunicipal e interestadual de pacientes para Tratamento de Saúde Fora do Domicílio (TFD), em atendimento a demanda do CISALP e dos entes consorciados. Assim, o objeto em questão, fundamenta-se na elaboração de projeto técnico para contratação deste serviço, tem como intuito de melhorar significativamente a oferta de viagens para este fim e conseqüentemente suprir as deficiências identificadas nos municípios, dentre elas, a insuficiência de frotas municipais que não conseguem atender tais demandas e a inexistência, nos consórcios, de veículos adequados para este tipo de serviço. Diante as colocações apresentadas, espera-se alcançar com essa contratação os seguintes objetivos: ofertar, aumentar e assegurar a locomoção de pacientes para tratamentos em locais referenciados, contribuir para a melhoria dos processos operacionais; disponibilizar veículos adequados para o transporte seguro e eficaz de pacientes e garantir que cheguem em seus respectivos atendimentos dentro do horário estabelecido e em condições seguras.

**2.2.** O CISALP tem como finalidade, enquanto parte integrante da administração indireta dos entes consorciados, prestar serviços e desenvolver ações conjuntas que visem o interesse coletivo e benefícios públicos, atendendo aos vazios assistenciais apresentados pelos municípios. Considerando a necessidade dessa entidade em oferecer assistência à saúde de forma integrada e consorciada, o serviço de transporte de pacientes para





unidades de saúde localizadas fora dos municípios, faz-se necessário, devido ao grande número de viagens realizadas para atender aos pacientes do município, uma vez que os mesmos têm realizado e agendado um grande número de consultas e cirurgias eletivas em outras cidades do próprio estado de Minas Gerais e de outros estados próximos, visto que tais serviços médicos especializados não serem realizados nos municípios consorciados ao CISALP.

**2.3.** Ademais, a frota da Secretaria de Saúde dos municípios consorciados ao CISALP e o número de motoristas também não atende à demanda da população. Dessa forma, justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada em transporte, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais dos municípios. Não obstante, por ser serviços que contemplam os vazios assistenciais dos entes consorciados, ou seja, não ofertados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, ou ofertados em quantidades insuficientes, justifica-se a abertura do presente procedimento administrativo, com o intuito de dar vazão as filas de espera, atendendo o paciente em tempo hábil, prevenindo complicações ou agravos no quadro de saúde dos municípios.

**2.4.** Neste mesmo sentido, constitui finalidade precípua do CISALP, respeitados os limites constitucionais e legais, desenvolver ações e serviços na área de saúde pública, ou com ela relacionados ou derivados, obedecendo, assim, aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS e demais preceitos pertinentes.

**2.5.** Isto posto, é notória a necessidade em se realizar a presente contratação.

**2.6.** Fundamenta-se legalmente a contratação no art. 79, I, da Lei Federal nº. 14.133/2021, optando-se pelo procedimento auxiliar de Credenciamento.

**2.6.1.** Tal dispositivo legal trata sobre o procedimento Credenciamento por Chamamento Público, onde empresas se inscrevem e comprovam sua capacidade técnica, financeira e jurídica para serem chamadas a participar de licitações para os objetos em que se credenciaram. Assim, permite ao CISALP possuir uma larga gama de fornecedores cadastrados, podendo cobrir toda sua rede de 40 (quarenta) municípios consorciados com a prestação dos serviços objeto deste presente processo.

### **3. ÁREA REQUISITANTE**

<b>ÁREA REQUISITANTE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
COORDENADOR DE TRANSPORTES	LUIZ FERNANDO DOS REIS SOUSA

### **4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**





- a.** A contratação pretendida enquadra-se como serviços comuns os quais são necessários para estabelecer a capacidade operacional continuada da prestação de serviços de transporte de amostras laboratoriais. Em se tratando de contratações para a Administração Pública é necessário seguir a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº. 14.133/2021, com uso do procedimento auxiliar de Credenciamento por Chamamento Público, conforme itens 2.6. e 2.6.1.;
- b.** Sendo assim, através de processo licitatório vai ser possível assegurar a seleção de proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração. Com isso, os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Termo de Referência. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- c.** A Contratada deve apresentar os seguintes requisitos para a prestação do serviço:
- i.** Ser especializada e possuir capacidade técnica adequada para o serviço proposto.
  - ii.** O percurso (quilometragem rodada) será computado a partir da origem, município requisitante até o destino final do trajeto (ida + volta), indicados na solicitação do serviço pelo CONTRATANTE.
  - iii.** A empresa prestadora de serviços deverá estar sediada e ter suas garagens em um raio de 100 km (cem quilômetros) do município referente ao grupo do lance ofertado.
  - iv.** Os veículos para a prestação do serviço deverão atender todas as especificações mínimas estabelecidas neste documento.
  - v.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
  - vi.** Disponibilizar o veículo contratante nas datas, horários e locais indicados, quando solicitados, com os respectivos certificados de registro de licenciamento em dia com a legislação de trânsito, documentações exigidas por lei para transitar com o veículo.
  - vii.** A inscrição ativa no cadastro da Agencia Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) ou outro órgão competente são obrigatórias durante toda a vigência da contratação.





- viii.** O veículo a ser disponibilizado à contratante deverá estar em plenas condições de uso, segurança e conservação, conforme exigido pela lei de fiscalização de transporte coletivo.
- ix.** O motorista deverá possuir CNH específica para operacionalizar os veículos, como também curso específico de transporte de passageiros.
- x.** O motorista deverá executar as anotações de quilometragem, que serão conferidas e atestadas pelo fiscal do contrato, no momento do embarque e desembarque.
- xi.** As despesas de pedágio, abastecimento, hospedagem, contratação de motorista com habilitação adequada ao veículo e taxas de estacionamento, bem como multas que porventura possam ocorrer, ou ainda outros custos cobrados por órgãos públicos, são de responsabilidade da CONTRATADA.
- xii.** A condução do veículo caberá ao motorista da CONTRATADA, que deverá estar uniformizado e com habilitação adequada e validada para condução de transporte de passageiros.
- xiii.** Despesas de manutenção e peças, com reboque, acidentes de trânsito, caso aconteçam, são de responsabilidade da empresa CONTRATADA.
- xiv.** Manter os veículos com boa apresentação visual, boas condições mecânicas e com combustível suficiente para percorrer a quilometragem indicada, assim como as despesas com reabastecimento do tanque de combustível, quando necessário, serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.
- xv.** A contratada deverá a prestação de serviço respeitando as normas de trânsito e garantindo qualidade e segurança na locomoção de pacientes.
- xvi.** Ser responsável por qualquer dano que a prestação de serviços possa causar,
- xvii.** A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do serviço.
- xviii.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.
- xix.** O não cumprimento do serviço agendado pela contratante somente será aceito mediante justificativa plausível devidamente formalizada/comprovada e protocolada junto ao responsável técnico da contratante e/ou, pessoa nomeada para esta função. O descumprimento acarretará as penalidades cabíveis descritos no edital/contrato.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



- xx. Comunicar a contratante qualquer eventualidade que acarrete prejuízo ou falhas na execução do contrato.
- xxi. Os serviços serão solicitados, conforme necessidade e demanda do Contratante, sem garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado por contratação (por km rodado).
- xxii. A prestação dos serviços deverá ocorrer de acordo com a demanda dos entes consorciados para viagens intermunicipais e/ou interestaduais.
- xxiii. O serviço proposto abrange todos os municípios que compõem o consórcio e demais que se consorciarem durante a vigência dos contratos.

#### **Municípios que compõem o CISALP**

Abadia dos Dourados, Água Comprida, Arapuá, Bambui, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande, Campo Florido, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Dom Bosco, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Guarda - Mor, Guimarães, Ibiá, Irai de Minas, Itapagipe, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Paracatu, Patos de Minas, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Uberaba, Unai, Urucuia, Varjao de Minas e Vazante.

- xxiv. Trata-se da prestação de serviços em saúde de modo que atenda às necessidades do município, conforme demanda, a qual pode diferir durante execução do contrato, devido à instabilidade de pactuações e implantação de novos serviços em regiões singulares, o que pode reduzir o número de viagens.
- xxv. Para a referida prestação de serviços, as empresas deverão estar devidamente credenciadas ao CISALP.
- xxvi. A prestação de serviços deverá ser agendada exclusivamente pelo sistema de agendamento do CISALP.
- xxvii. Serviços não agendados/confirmados através do sistema, não serão faturados, o que acarretará o não pagamento do serviço.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



xxviii. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo. Despesas não autorizadas pelo CISALP/Município, não serão pagas.

xxix. O Contratado deverá estar regular com todas as obrigações fiscais, trabalhistas e sanitárias.

d. **Deverão fazer parte da prestação de serviço os seguintes itens:** Os requisitos necessários para que a empresa forneça o objeto ora almejado são:

**4.4.1.** A empresa contratada deverá estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT.

**4.4.2.** A contratada deverá atender todas as solicitações realizadas pelo contratante e chegar nos locais pré-estabelecidos para prestação de serviços com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário agendado com a contratante.

**4.4.3.** A contratada deverá manter os veículos sempre com manutenção em dia.

**4.4.4.** Todas as manutenções preventivas e corretivas são por conta da empresa contratada, sem gerar ônus ou franquia à contratante.

**4.4.4.1.** As manutenções preventivas deverão seguir as recomendações do fabricante;

**4.4.5.** Sempre que um veículo apresentar mau funcionamento ou avaria que demande mais de um dia para ser sanada, o mesmo deverá ser substituído pela contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação realizada pela contratante.

**4.4.5.1.** As manutenções corretivas deverão ser executadas sempre que o veículo apresentar mau funcionamento ou dano que impeça a utilização do mesmo, mediante solicitação do coordenador de transporte do CISALP.

**4.4.6.** O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**.

**4.4.7.** Para o bom entendimento da legislação atinente as melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas a presente contratação será processada por meio eletrônico sendo assim todos os documentos a serem encaminhados pelo licitante se darão de forma digital a fim de evitar a impressão de papel.

**4.4.8.** Os veículos deverão atender a todos os requisitos obrigatórios exigidos neste documento e TR (caráter de atendimento: igual ou similar).

**4.5. Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.6. Garantia da contratação:** Haverá exigência da garantia da contratação do art. 58





da Lei nº. 14.133/2021, pela razão abaixo justificada:

**4.6.1.** A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

**4.7. Vistoria:** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

**5.1.** Em consulta realizada no Banco de Preços e pesquisas de mercado, foi possível verificar que as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar a existência de novas tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, são em sua grande maioria realizadas por meio de Pregão Eletrônico.

**5.2.** Em consulta nos sistemas públicos também foi verificado que os mais variados órgãos seguem realizando processos de licitação para contratação deste tipo de serviço.

**5.3.** Para os itens, foi necessária pesquisa dos valores praticados no mercado, conforme solicitação de alguns municípios consorciados. Assim, para a definição dos valores destes itens foi usado cotações diretamente com fornecedores praticantes do objeto ora almejado e no banco de preços. Dessa forma, podemos concluir que a referente solução proposta neste ETP é atual, pertinente ao problema apresentado, repetidamente testada e aprovada em âmbito público.

**6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:** A Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transportes sanitário de pacientes e usuários do SUS – Sistema Único de Saúde visa atender as necessidades do CISALP e entes consorciados. A presente contratação tem como objetivo prestar serviços de transporte sanitário para pacientes que necessitam realizar o tratamento fora de seu município. A empresa especializada deve possuir experiência e disponibilizar veículos devidamente apropriados para realização dos serviços, a fim de garantir um atendimento eficiente e seguro no deslocamento dos usuários do SUS.

A prestação continua nos serviços é garantida, minimizando interrupções e assegurando que os usuários do SUS tenham acesso constante ao transporte sanitário intermunicipal ou interestadual necessário para o tratamento de saúde fora do seu município de origem.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



A empresa contratada assume todas as responsabilidades relacionadas à operação dos serviços de transporte, garantindo que todo o processo esteja em conformidade com as normas vigentes e com a qualidade esperada.

Esta proposta de contratação resulta na economia significativa para o município, uma vez que a gestão e manutenção da frota ficam sob a responsabilidade da empresa contratada, reduzindo, assim, os custos operacionais e administrativos. Isto posto, não foram encontradas desvantagens significativas para a solução proposta.

A solução de contratar uma empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de pacientes e usuários do SUS atende às necessidades do CISALP e Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados, proporcionando um serviço econômico e eficiente.

A aquisição de ônibus, micro-ônibus e vans implica em um investimento de alto custo financeiro considerável, que demanda recursos financeiros específicos oriundos de repasses da União ou do Estado. Esses repasses não são frequentes, o que torna a opção financeiramente inviável para os municípios consorciados. Diante do alto custo envolvido e da dificuldade em garantir financiamento adequado, a opção para aquisição de veículos não atende à demanda pelo transporte eficiente de pacientes.

Após análise comparativa das duas soluções apresentadas, conclui-se que a contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de transportes de pacientes e usuários do SUS é a alternativa mais viável. Essa solução não apenas atende às necessidades da contratante, como também proporciona agilidade, continuidade e redução de custos operacionais, sem apresentar desvantagens significativas.

Os consórcios públicos surgem como solução organizacional eficaz para suprir as necessidades de coordenação e integração entre os entes federativos. Os benefícios inerentes a essas entidades incluem o ganho de escala na prestação de serviços, a otimização de processos e a gestão racional de despesas.

A estratégia de regionalização emerge como uma abordagem hierárquica, orientando a descentralização de ações e serviços, oferecendo a oportunidade de disponibilizar serviços em larga escala, resultando na redução de preços/custos. Esta abordagem não apenas se revela como uma ferramenta valiosa para a Administração Pública, mas





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



também assegura a promoção e melhoria da qualidade de vida da população, através de ações e serviços voltados para a promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde. Diante da constante demanda por serviços de média e alta complexidade, tanto em procedimentos eletivos quanto em urgências e emergências, os Consórcios de Saúde desempenham um papel crucial como órgãos integrantes da administração indireta dos municípios, agindo como facilitadores para suprir os vazios assistenciais dos entes consorciados e garantindo os serviços essenciais à população.

Considerando os preceitos constitucionais expressos no art. 196 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a Saúde como direito de todos e dever do Estado, a Lei nº. 8.080/1990 e a Lei Complementar nº. 141/2012, que regulamentam as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, a contratação se torna viável para modalidade escolhida. A fixação prévia dos valores pelo Contratante, embasada em orçamentos previamente realizados, aliada à demanda por serviços em diversos estabelecimentos, justifica a escolha dessa modalidade.

## **7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:**

**7.1.** O consórcio dispõe de dados para embasamento do quantitativo através de uma análise acerca das características da modalidade utilizada neste processo, bem como a aferição de que não oferecerá riscos onerosos a este Consórcio, em razão da modalidade adotada, optou-se, em análise conjunta, colocar quantidade baseadas nos quantitativos utilizados nos últimos anos, sendo extraídos do sistema SALC, já que daria margem e estrutura para aumento das demandas de serviços prestados. Já para os itens que não constavam em tabela de serviços, foram realizadas pesquisas de mercado.

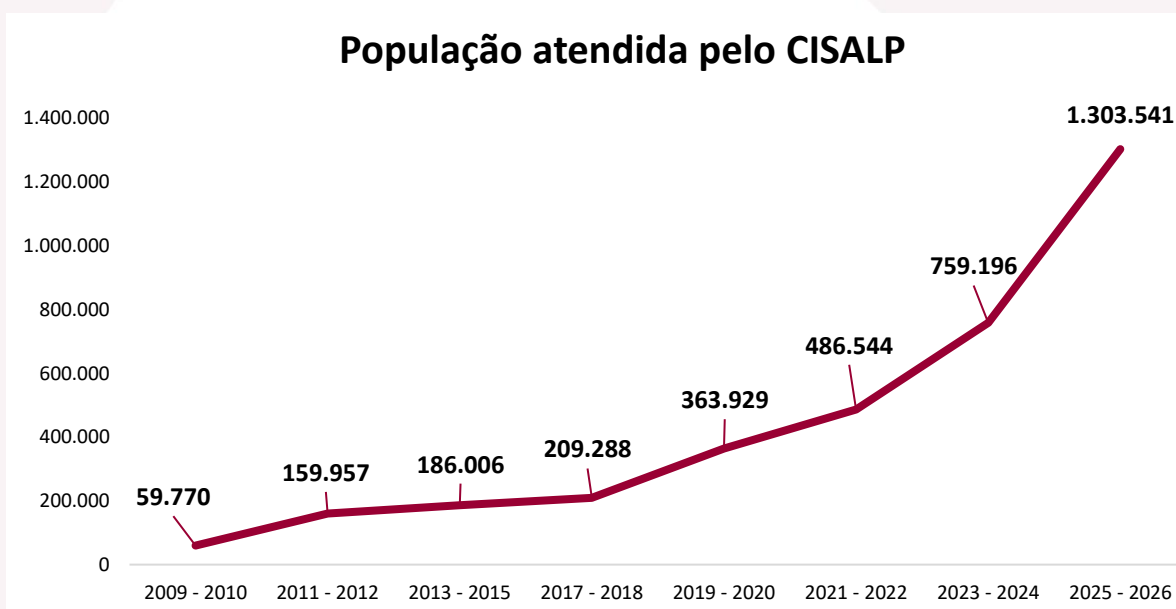
Além do exposto, levou-se em consideração que por ser um consórcio que já atende demandas de 49 (quarenta e nove) municípios e com a tendência de receber novos consorciados, poderá ter sua demanda elevada, necessitando-se de saldo neste processo e estrutura técnica/administrativa para manutenção de suas atividades, a fim de atender o seu fim principal: acesso público a uma saúde de qualidade. Ademais, destacamos que nem todos os consorciados utilizaram dos serviços do CISALP no último ano, razão pela qual devemos ter quantitativos de reserva a eles, caso venham a utilizar.





Nesse mesmo sentido, ressaltamos que saúde pública não é uma ciência exata, uma vez que não se define objetivamente sua demanda, pois é direito inerente ao ser humano e uma necessidade de todos. Desse modo, as quantidades do histórico são valores referência, mas com característica flutuantes, os quais podem ser ineficientes, comprometendo a prestação do serviço público, haja vista doenças sazonais, epidemias, pandemias, aumento da população atendida, etc.

Nos últimos anos, a população global atendida pelos serviços do CISALP teve um aumento de grande expressão, conforme gráfico abaixo (gráfico 01).



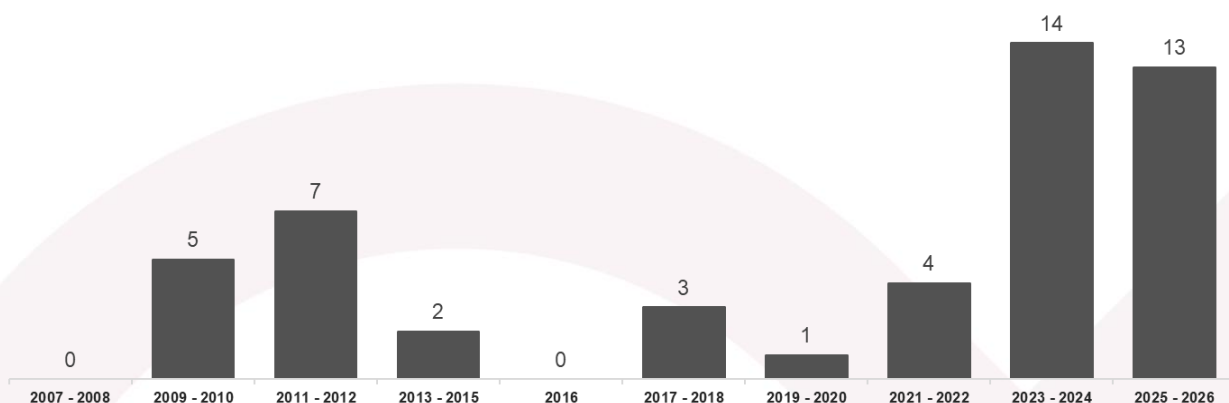
### GRÁFICO 01

Nota-se que à época do lançamento do gráfico acima, tínhamos uma população bem abaixo do que contamos hoje. Entretanto, com quase o dobro de população atualmente, ainda é possível enxergar o vultoso crescimento deste Consórcio na última década.

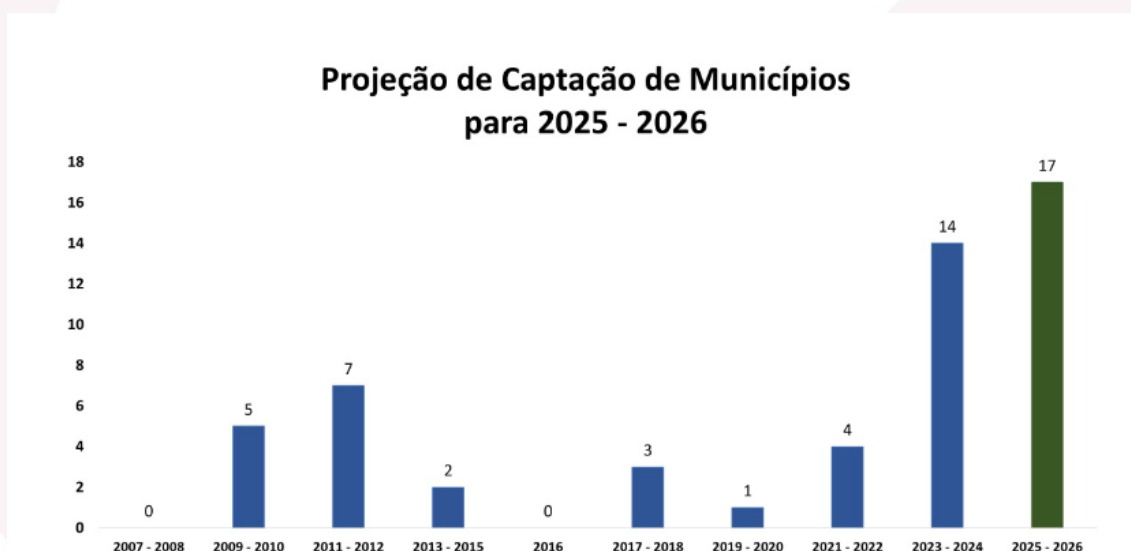
Além disso, o acréscimo percentual possui fundamento. Pois, de acordo com levantamento de dados, espera-se um aumento de 25% do número de consorciados para 2025/2026, conforme gráfico 02 a seguir, feitos por estudo do setor competente:

### NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS





**GRÁFICO 02**



**GRÁFICO 03**

Almeja-se que a presente contratação seja realizada para a prestação dos serviços supracitados, distribuídos de acordo com os itens e quantitativos apresentados a seguir, considerando a possível demanda dos entes consorciados e futuros municípios que manifestem interesse no consorciamento.

**7.2.** Segue descritivos, quantitativos e valores alcançados, por item, na tabela discriminada abaixo:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	------	-----------	-------	------------	----------------	-------------





1.	10943	Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados. O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>16 (dezesesseis) lugares</b> , possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve estar em bom estado de conservação, com no máximo 10 (dez) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista devidamente habilitado.	KM	70.000/k m rodados	R\$7,76	R\$543.200,00
2.	10944	Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados. O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>21 (vinte e um) lugares</b> , possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve possuir elevador para acessibilidade de cadeirantes e estar em bom estado de conservação, com no máximo 10 (dez) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista devidamente habilitado.	KM	90.000/k m rodados	R\$8,76	R\$788.400,00





3.	10945	<p>Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados. O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>32 (trinta e dois) lugares</b>, possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve possuir elevador para acessibilidade de cadeirantes e estar em bom estado de conservação, com no máximo 10 (dez) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista/conductor devidamente habilitado.</p>	KM	120.000/ km rodados	R\$11,71	R\$1.405.200,00
4.	10946	<p>Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados. O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>54 (cinquenta e quatro) lugares</b>, possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve possuir elevador para acessibilidade de cadeirantes e estar em bom estado de conservação, com no máximo 10 (dez) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista/conductor devidamente habilitado.</p>	KM	170.000/ km rodados	R\$12,00	R\$2.040.000,00





7.3. A divisão entre entes dos quantitativos dar-se-á conforme segue:

ITEM	QUANTITATIVOS		
	MUNICÍPIO DE PLANURA	CISALP	TOTAL
1.	30.000/km rodados	40.000/km rodados	70.000/km rodados
2.	30.000/km rodados	60.000/km rodados	90.000/km rodados
3.	30.000/km rodados	90.000/km rodados	120.000/km rodados
4.	30.000/km rodados	140.000/km rodados	170.000/km rodados

8. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:** Conforme detalhado no documento dos orçamentos anexo a este, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender a demanda proposta, e desta forma, foram efetuadas pesquisas de preços com fornecedores no mercado regional, levando em consideração a capacidade das empresas em executar o objeto dentro das condições e prazos previstos neste instrumento, a compatibilidade das atividades econômicas, o fato de estarem dentro dos padrões exigidos e em conformidade do que preconiza a legislação.

9. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

9.1. A equipe de planejamento decidiu parcelar a solução, optando por aplicação de itens, eis que mostra tecnicamente e economicamente viável a divisão da solução a ser contratada, abrindo vistas a vários prestadores aptos a buscarem o item aplicável a sua área de atuação, conforme sua formação técnica e profissional.

9.2. Desse modo, diante a contratação em questão, a solução parcelada para o CISALP tem a aplicabilidade mais eficiente, sendo que a contratação depende das demandas dos Entes Consorciados, podendo ser flutuante de mês para mês, além de ampliar o mercado para o objeto a ser licitado, tendo como finalidade buscar economia de escala e maior número de prestadores capacitados, além da viabilidade de reduzir custo médio do escopo da diluição dos custos fixos.

10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:** Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação





desta demanda, uma vez que os serviços adquiridos contemplam a prestação do serviço incluindo todas as despesas agregadas.

## 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

**11.1.** A presente contratação vai de encontro ao que o CISALP vem planejando para o cumprimento da prestação de seus serviços conforme demandas apresentadas pelos municípios, referente aos serviços de média e alta complexidade. São serviços essenciais ao Sistema Único de Saúde, sendo, portanto, uma contratação em larga escala necessária a atuação do CISALP, enquanto parte da administração indireta dos municípios, promover meios, através dos instrumentos legais, de oferecer os serviços.

**11.2.** Tal previsão não está contemplada no plano anual de contratação do CISALP, considerando que esse documento foi preparado pela equipe técnica do consórcio visando a sua implantação a ocorrer posteriormente.

## 12. ANÁLISE DE RISCOS

### 12.1. Riscos – Fase de Planejamento

RISCO 1		Deficiência na definição da demanda
Probabilidade	Média	<b>Dano potencial</b>
		Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda.
<b>Ação preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo.		Equipe de planejamento da contratação.
<b>Ação de contingência</b>		<b>Responsável</b>
Restabelecimento da demanda		Equipe de planejamento da contratação.
RISCO 2		Não aprovação do Estudo Técnico Preliminar ou do Termo de Referência
Probabilidade	Baixa	<b>Dano potencial</b>
		Atraso no processo de contratação e, conseqüentemente, atraso no início da prestação do serviço.
<b>Ação preventiva</b>		<b>Responsável</b>



Instruir o ETP e o TR em estrita aderência as disposições dos normativos aplicados a contratação.	Equipe de planejamento da contratação.
<b>Ação de contingência</b>	<b>Responsável</b>
Exposição do arcabouço legal em que a contratação de serviços de limpeza deva seguir.	Equipe de planejamento da contratação.

### 12.2. Riscos- Fase da Licitação

<b>RISCO 3</b>		<b>Deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.</b>
<b>Probabilidade</b>	Baixa	<b>Dano potencial</b>
		Encerramento da licitação.
<b>Ação preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação (acórdãos TCU); estabelecer rotinas de revisão.		Equipe de licitação.
<b>Ação de contingência</b>		<b>Responsável</b>
Suspensão da licitação.		Equipe de licitação.

### 12.3. Riscos- Gestão do Contrato

<b>RISCO 4</b>		<b>Inercia frente a descumprimento de obrigações contratuais. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.</b>
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Dano potencial</b>
		Deficiência na prestação dos serviços. Prejuízos financeiros a administração.
<b>Ação preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Capacitação de servidores; conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser		Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.



executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.		
<b>Ação de contingência</b>		<b>Responsável</b>
Sanções administrativas. Responsabilização da gestão e fiscalização contratual.		Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.
<b>RISCO 5</b>		<b>Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.</b>
<b>Probabilidade</b>	Alta	<b>Dano potencial</b>
		Responsabilização subsidiária da Administração.
<b>Ação preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Capacitação de servidores. Previsão expressa no termo de contrato. Conhecimento dos termos contratuais. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.		Equipe técnico e administrativo, gestor do contrato.
<b>Ação de contingência</b>		<b>Responsável</b>
Conferencia rotineira do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciária e com FGTS da contratada.		Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.

**13. BENEFÍCOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:** Com esta contratação, almeja-se atender às demandas específicas do CISALP e entes consorciados relacionadas à necessidade de contar com uma empresa especializada e





eficaz na prestação de serviços para transporte sanitário. A proposta é atender os municípios na melhoria das soluções e ampliação da oferta de transporte de pacientes e garantir viagens seguras e eficazes, contribuindo para um rápido atendimento às demandas eletivas e melhorias.

Os serviços a serem contratados visam não apenas cumprir as demandas imediatas do CISALP, mas também buscar a potencialização das atividades e ações na área da saúde. A otimização desses processos resultará em uma resposta mais eficiente diante de desafios relacionados a área da saúde, permitindo uma atuação mais proativa e abrangente. Ao garantir a oferta destes serviços, espera-se impulsionar a obtenção de resultados satisfatórios, abordagem mais assertiva, contribuindo para a promoção da saúde e a redução de impactos negativos nas condições clínicas dos pacientes. Assim, esta contratação não apenas atende às necessidades imediatas do CISALP, mas também estabelece um arcabouço para um atendimento especializado contínuo e eficaz.

**14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:** A administração tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:

- I.** Após a realização do certame deve ocorrer a realização de empenhos e assinatura dos contratos.
- II.** O CISALP deverá dispor de servidores qualificados para o gerenciamento, bem como para realizar as ações de fiscalização e gestão contratual.
- III.** Acompanhamento rigoroso das ações previstas na presente contratação para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado;

**15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:** A contratada deverá observar as normas técnicas de uso correto e descarte de produtos de forma a reduzir a ocorrência de impactos ambientais para as seguintes situações:

- I. No caso de utilização de combustíveis fósseis:** O uso de combustíveis como gasolina e diesel pode contribuir para a emissão de poluentes atmosféricos, como monóxido de carbono (CO), dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>) e hidrocarbonetos (HC). Esses poluentes são responsáveis por problemas como o efeito estufa, aquecimento global e doenças respiratórias na população;
- II. No caso de inadequada manutenção dos veículos:** A falta de manutenção adequada pode resultar em emissões elevadas de gases poluentes e maior consumo de





combustível, além de aumentar a produção de resíduos sólidos e líquidos que, se não descartados corretamente, podem contaminar o solo e os corpos d'água;

**III. No caso de ruído excessivo:** Veículos que não atendem aos limites máximos de ruídos estabelecidos podem causar poluição sonora, afetando a saúde e o bem-estar da população, causando estresse, distúrbios do sono e problemas auditivos;

**IV. No caso de utilização de veículos sem eficiência energética:** A utilização de veículos com baixa eficiência energética pode resultar em maior consumo de combustível e, conseqüentemente, em maior emissão de gases poluentes, além de aumentar os custos operacionais e reduzir a sustentabilidade do serviço prestado;

**15.1.** Para minimizar esses impactos, a administração apresenta como solução que todos os veículos fornecidos atendam aos limites máximos de emissão de poluentes que estejam em conformidade com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores PROCONVE, conforme Resolução CONAMA N° 18, de 06 de maio de 1986 e n° 315, de 29 de outubro de 2002 e legislação correlata, preferencialmente dotados de tecnologia que faculte a diminuição da emissão de gases poluentes.

**15.2.** A empresa também deve realizar manutenções preventivas e corretivas regularmente, assegurar o descarte adequado de resíduos e promover o uso de tecnologias que minimizem os impactos ambientais.

**16. RESULTADOS PRETENDIDOS:** Espera-se, com essa contratação, que as demandas de locomoção dos pacientes que realizam tratamento fora do domicílio sejam atendidas em um todo, até mesmo os pacientes oriundos de ordens judiciais, impactando assim, na melhoria e no aumento da oferta de transporte sanitário de forma segura e eficiente.

**17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:** Frente a todo exposto demonstrado no presente ETP, que trata sobre a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de saúde, para continuidade dos serviços prestados e diante de toda a demanda aqui já ressaltada, a equipe de planejamento da contratação entende ser **VIÁVEL** e **RAZOÁVEL** a contratação do presente objeto, conforme as análises acima.

**18. RESPONSÁVEIS:** O responsável por este Estudo Técnico Preliminar, é o Diretor de Transportes do CISALP: Luiz Fernando dos Reis Sousa.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



Lagoa Formosa/MG, 19 de julho de 2025.

**Luiz Fernando dos Reis Sousa**

**COORDENADOR DE TRANSPORTES**

**SETOR REQUISITANTE**





## ANEXO XI

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO:

1.1. A presente contratação será realizada por meio de Chamamento Público, com o intuito de contratar empresas especializadas para prestar serviços de transporte sanitário para pacientes realizar o tratamento fora do município, visando atender às necessidades do CISALP e dos entes consorciados. Vale ressaltar que não há garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado por contratação individualizada por km rodado, conforme detalhamento na tabela abaixo, estabelecida de acordo com as condições e exigências delineadas neste instrumento.

1.1.1. Adicionalmente, integram o objeto da contratação, todas as despesas discriminadas de maneira detalhada neste documento. O pagamento será realizado por km rodado, seguindo critérios de serviço realizados diante através do sistema utilizado para este fim e mediante aprovação pelo CISALP, condicionado à efetiva realização do serviço. Assim, essa abordagem visa garantir a transparência e a efetividade no processo de pagamento, alinhada ao cumprimento satisfatório dos serviços prestados.

1.1.2. A prestação dos serviços deverá ocorrer de acordo com a demanda do CISALP e entes consorciados para viagens intermunicipais e interestaduais. Diante descumprimento, acarretará a não autorização/pagamento do item.

1.1.3. Inclui-se no objeto da contratação as despesas detalhadas neste documento, sendo o pagamento por km rodado, mediante autorização por parte do contratante e mediante prestação do serviço.

1.1.4. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo. Despesas não autorizadas pelo CISALP/Município, não serão pagas.

1.1.5. Os serviços a serem adquiridos também deverão atender as demandas de novos entes consorciados que se consorciarem durante vigência do Contrato Administrativo.

1.1.5.1. São entes consorciados: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Arapuá, Bambui, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande,





**Campo Florido, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Dom Bosco, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Guarda - Mor, Guimarânia, Ibiá, Irai de Minas, Itapagipe, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Paracatu, Patos de Minas, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Uberaba, Unai, Urucuaia, Varjao de Minas e Vazante.**

**1.2. Segue detalhamento dos serviços a serem contratados:**

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5.	10943	Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados. O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>16 (dezesseis) lugares</b> , possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve estar em bom estado de conservação, com no máximo 10 (dez) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista devidamente habilitado.	KM	70.000/km rodados	R\$7,76	R\$543.200,00
6.	10944	Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados. O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>21 (vinte e um)</b>	KM	90.000/km rodados	R\$8,76	R\$788.400,00





		<p><b>lugares</b>, possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve possuir elevador para acessibilidade de cadeirantes e estar em bom estado de conservação, com no máximo 10 (dez) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista devidamente habilitado.</p>				
7.	10945	<p>Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados. O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>32 (trinta e dois) lugares</b>, possuir degraus ou rampa, corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve possuir elevador para acessibilidade de cadeirantes e estar em bom estado de conservação, com no máximo 10 (dez) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista/conductor devidamente habilitado.</p>	KM	120.000/ km rodados	R\$11,71	R\$1.405.200,00
8.	10946	<p>Prestação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus, microônibus e van, em caráter eventual, acompanhados de motorista, fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para circular em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio em hospitais e clínicas referenciados. O veículo deve possuir capacidade mínima de <b>54 (cinquenta e quatro) lugares</b>, possuir degraus ou rampa,</p>	KM	170.000/ km rodados	R\$12,00	R\$2.040.000,00





		corrimão que permita a descida / subida dos pacientes de maneira confortável e segura, podendo estes serem adaptados. O veículo deve possuir elevador para acessibilidade de cadeirantes e estar em bom estado de conservação, com no máximo 10 (dez) anos de uso, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, possuir janelas amplas e escurecidas de fábrica com cortinas e bancos reclináveis. Estar em conformidade com Código Nacional de Trânsito e seguir todas as normativas da ABNT, registrado no D.E.R e a ANTT. Bem como possuir seguro de passageiros e terceiros. Incluso motorista/conductor devidamente habilitado.				
--	--	--	--	--	--	--

**1.2.1. A divisão entre entes dos quantitativos dar-se-á conforme segue:**

ITEM	QUANTITATIVOS		
	MUNICÍPIO DE PLANURA	CISALP	TOTAL
5.	30.000/km rodados	40.000/km rodados	70.000/km rodados
6.	30.000/km rodados	60.000/km rodados	90.000/km rodados
7.	30.000/km rodados	90.000/km rodados	120.000/km rodados
8.	30.000/km rodados	140.000/km rodados	170.000/km rodados

**1.3.** A validade do Contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por até 120 (cento e vinte) meses, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**1.4.** O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à sua formalização, validade e demais condições.

**1.5.** A principal vantagem deste modelo de contratação reside na oportunidade proporcionada a múltiplas empresas prestadoras de serviços se credenciarem. A abertura favorece a garantia de uma prestação de serviços em grande escala, de modo a atender as necessidades do Contratante, promovendo um atendimento ininterrupto ao paciente em tempo hábil e a um menor custo, resultando em economia para a administração. A diversidade de prestadores também contribui para uma maior cobertura e eficiência nos serviços prestados.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**1.6.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº. 5.401/2023. A ênfase recai sobre a natureza essencial dos serviços médicos prestados, visando a saúde pública e o atendimento às demandas da população.

**1.7.** Por se tratar de serviços, o objeto deste termo não possui marca nem padronização.

**1.8.** O Contratante não se obriga a contratar todos procedimentos, mas sim, a quantidade necessária para atender a demanda e necessidades do município.

**1.9.** Para os quantitativos ora contratados, foi considerada a média de serviços utilizados por 27 (vinte e sete) municípios no último um ano, no período do janeiro de 2023 a novembro de 2024. Foi feita a projeção para 40 (quarenta) municípios, quantitativo atual de consorciados, acrescida de uma soma de 50%, considerando o crescimento exponencial do consórcio e possível novos municípios que poderão se consorciar no decorrer do próximo ano. Os serviços serão ofertados conforme indicações técnicas de planejamento da saúde, compatibilizando-se demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS, assegurando uma oferta alinhada às necessidades reais.

Detalhamento da justificativa dos quantitativos bem como estudo sobre suas definições estão no Estudo Técnico Preliminar.





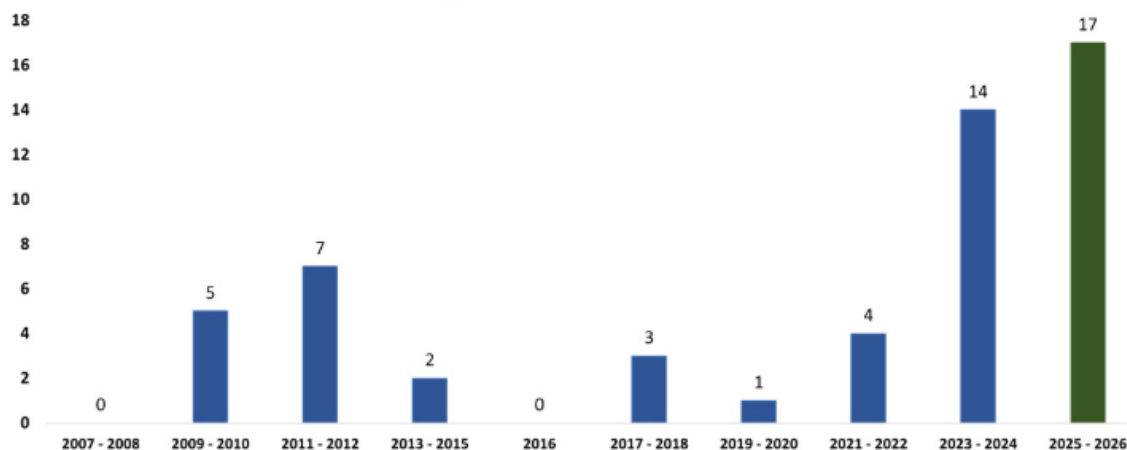
Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

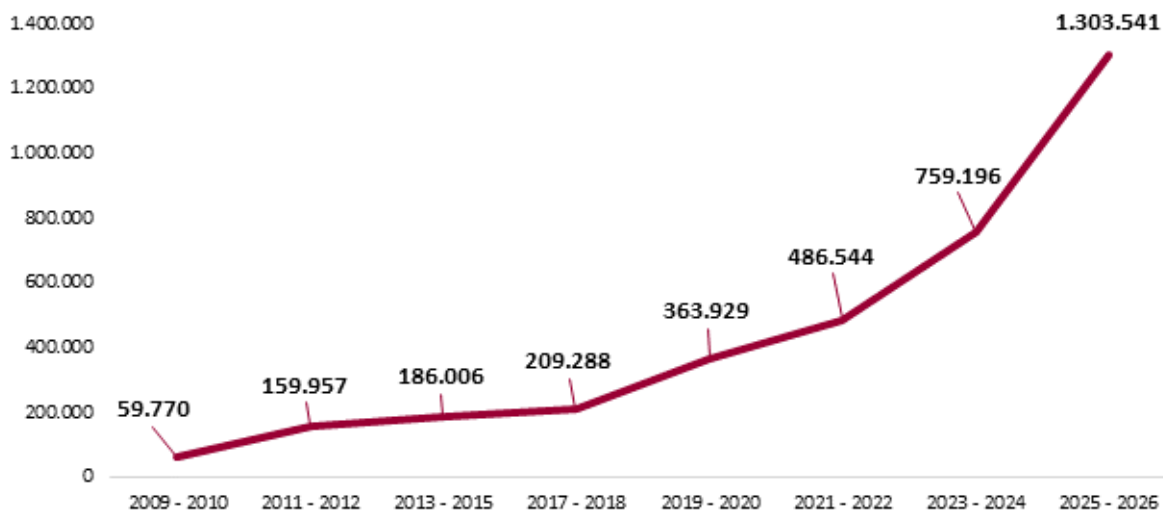
de  pra você



### Projeção de Captação de Municípios para 2025 - 2026



### População atendida pelo CISALP



## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-



se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, em seus tópicos 2.6., 2.6.1., 7., 7.1. e 7.2., respectivamente.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

**3.1.** Os consórcios públicos surgem como solução organizacional eficaz para suprir as necessidades de coordenação e integração entre os entes federativos. Os benefícios inerentes a essas entidades incluem o ganho de escala na prestação de serviços, a otimização de processos e a gestão racional de despesas.

**3.2.** A estratégia de regionalização emerge como uma abordagem hierárquica, orientando a descentralização de ações e serviços, oferecendo a oportunidade de disponibilizar serviços em larga escala, resultando na redução de preços/custos. Esta abordagem não apenas se revela como uma ferramenta valiosa para a Administração Pública, mas também assegura a promoção e melhoria da qualidade de vida da população, através de ações e serviços voltados para a promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde.

**3.3.** Diante da constante demanda por serviços de média e alta complexidade, tanto em procedimentos eletivos quanto em urgências e emergências, os Consórcios de Saúde desempenham um papel crucial como órgãos integrantes da administração indireta dos municípios. Agindo como facilitadores para suprir os vazios assistenciais dos entes consorciados, garantem a oferta de serviços essenciais à população.

**3.4.** Considerando os preceitos constitucionais expressos no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a Saúde como direito de todos e dever do Estado, a Lei nº. 8.080/90 e a Lei Complementar nº 141/2012, que regulamentam as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, a contratação via Chamamento Público se torna viável. A fixação prévia dos valores pelo Contratante, embasada em orçamentos previamente realizados, aliada à demanda por serviços em diversos estabelecimentos, justifica a escolha dessa modalidade.

**3.5.** O credenciamento, conforme estabelecido no art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se como uma solução consolidada para a prestação de serviços médicos. A modalidade permite a busca por prestadores que atendam às condições do Edital, expandindo a oferta de serviços de maneira proporcional ao número de credenciados. No caso do CISALP, composto por 40 (quarenta) entes consorciados e perspectiva de





consorciamento de novos municípios, o credenciamento se mostra essencial para atender a uma demanda reprimida que engloba quase 1 (um) milhão de possíveis pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

**3.6.** Demais descritivos como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:** Os serviços deverão ser prestados na forma estabelecida abaixo, para todos os interessados aptos na prestação do serviço, simultaneamente e não excludente, conforme abaixo descrito:

**4.1.** Competirá ao CISALP:

**4.1.1.** Prestar as informações necessárias à execução do Contrato por parte da Contratada.

**4.1.2.** Prestar o apoio necessário à Contratada para que seja alcançado o Objeto do Contrato, em toda a sua extensão, desde que por esse apoio não venha a assumir ônus adicionais.

**4.1.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio do Fiscal designado no Termo de Referência e de quaisquer Órgãos da Administração Municipal, que, dentro de sua competência, poderão determinar medidas para a correta execução do Objeto, garantindo o fiel cumprimento das normas aplicáveis.

**4.1.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com o Contrato e com as obrigações definidas no Termo de Referência e em seus apêndices (DFD e ETP).

**4.1.5.** Acompanhar e fiscalizar o contrato por 01 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº. 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

**4.1.6.** Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato.

**4.1.7.** Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado.

**4.1.8.** Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato.

**4.1.9.** Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.





**4.1.10.** Realizar a conferência e monitoramento dos códigos dos procedimentos realizados, autorizando o pagamento exclusivamente mediante a confirmação da produção.

**4.1.11.** Solicitar, sempre que necessário, documentos que identificam as condições técnicas sanitárias do prestador contratado a fim de verificar se as condições de habilitação comprovadas na ocasião da assinatura do Contrato continuam as mesmas.

**4.1.12.** Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados.

**4.1.13.** Aplicar as sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

**4.1.14.** Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do CISALP, no prazo estabelecido na lei.

**4.1.15.** Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso Público ao Relatório de Gestão Fiscal.

**4.1.16.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

**4.1.17.** Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato.

**4.1.18.** É vedada a cobrança de valores, direta ou indiretamente ao usuário do SUS, assim, como solicitar doações ou que o mesmo forneça material para a realização dos serviços ofertados.

#### **4.2. Competirá aos Municípios:**

**4.2.1.** Nomear um colaborador responsável pela supervisão e fiscalização da entrega, assim como a avaliação e aprovação dos serviços prestados e observância dos cumprimentos das normas e estipulações e do presente contrato.

**4.2.2.** Comunicar a contratada qualquer ato complementar e que impossibilite a realização do serviço.

**4.2.3.** Encaminhar o ofício de solicitação de pagamento, realizando os repasses financeiros ao CISALP, conforme datas e critérios estabelecidos.

**4.2.4.** Alimentar o sistema de agendamento do CISALP, solicitando todos os serviços corretamente, a fim de gerar o faturamento.



**4.2.5.** Informar ao CISALP qualquer intercorrência que possa comprometer a prestação dos serviços.

**4.2.6.** Efetuar o pagamento somente de serviços efetivamente realizados, nos valores estabelecidos na tabela de serviços do consórcio.

**4.2.7.** Fica expressamente proibida a negociação de serviços diretamente com as empresas contratadas. Qual necessidade de revisão contratual, ou quaisquer questões que envolvam a prestação de serviços oferecida pelo CISALP deverá ser encaminhada diretamente ao consórcio, o qual fará todas as tratativas necessárias

**4.2.8.** É vedada a cobrança de valores, direta ou indiretamente ao usuário do SUS, assim, como solicitar doações ou que o mesmo forneça material para a realização dos serviços ofertados pelo CISALP.

**4.2.9.** Anexar na solicitação de agendamento através do PAGESAUDE prontuário do SUS fácil do paciente a ser transportado.

**4.3.** Competirá ao Contratado:

**4.3.1.** Executar dentro da melhor técnica e legalidade, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas estabelecidas na legislação pertinente;

**4.3.2.** Responsabilizar-se, técnica e civilmente, pelos serviços executados;

**4.3.3.** Assegurar, durante a execução dos serviços e até o seu recebimento definitivo, a devida conservação do veículo utilizado, atendendo aos condicionantes traçados neste Edital;

**4.3.4.** Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários para o fiel cumprimento dos serviços de sua responsabilidade, apontados pela fiscalização;

**4.3.5.** Preencher o Controle Diário contendo a quilometragem inicial e a quilometragem final diariamente;

**4.3.6.** Efetuar o transporte dos pacientes de acordo com a demanda e marcação da secretaria municipal de saúde dos municípios consorciados ao CISALP, sendo a contratada responsável pelo veículo pelos cumprimentos de horários e responsabilidade total com o veículo utilizado bem como motorista devidamente capacitado.

**4.3.7.** Manter a frente do serviço, quando se fizer necessário, profissional qualificado, para representá-lo junto à fiscalização;

**4.3.8.** Cumprir todas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, de acordo com a legislação em vigor;





**4.3.9.** Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo, essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

**4.3.10.** Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, oriundos da prestação dos serviços, objeto deste Contrato.

**4.3.11.** Assegurar, durante a execução dos serviços e até o seu recebimento definitivo, a conservação do veículo utilizado, bem como toda a documentação fiscal e prazos apontados no edital, tal como respeitar o ano mínimo de fabricação do veículo (sendo este 2019, no mínimo), devendo obrigatoriamente o mesmo ser substituído caso ultrapasse tal período;

**4.3.12.** Respeitar os Horários, conforme o cronograma emitido pela contratante;

**4.3.13.** A contratada somente deverá transportar pacientes regularmente autorizados pela Secretaria de Saúde e que residem nos municípios consorciados ao CISALP.

**4.3.14.** A contratada ficará responsável por apresentar mensalmente, o relatório de quilometragem percorrida no período, cabendo a contratante a conferência e fiscalização dos mesmos.

**4.3.15.** A contratada deverá assegurar socorro imediato e ter reserva dos veículos para substituição nos casos de avaria ou sinistros, defeitos, entre outros, e substituir o veículo quando o mesmo esteja em condições de conservação comprometida e que ofereça riscos aos ocupantes.

**4.3.16.** O motorista, juntamente ao veículo, deverá ficar à disposição da CONTRATANTE na localidade onde estiver sendo prestado o serviço e porquanto durar a sua realização;

**4.3.17.** As despesas geradas com hora extra, adicional noturno dos motoristas, deverão obedecer aos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho e as legislações vigentes, sendo responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

**4.3.18.** Demais obrigações conforme previstas no edital e seus anexos.

**4.3.19.** Executar os termos do instrumento contratual em conformidade com as especificações básicas constantes do edital.

**4.3.20.** Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: encargos sociais, taxas,





impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento.

**4.3.21.** Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

**4.3.22.** Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal, quando couber, e capacidade técnico-operacional.

**4.3.23.** Justificar ao órgão ou entidade contratantes eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução.

**4.3.24.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante.

**4.3.25.** Manter disciplina nos locais dos serviços, quando for o caso, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante.

**4.3.26.** Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas.

**4.3.27.** Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços, quando for o caso.

**4.3.28.** Apresentar, quando solicitado pelo órgão ou entidade contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo, quando couber.

**4.3.29.** Apresentar à Contratada, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

**4.3.30.** Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os





documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado.

**4.3.31.** Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

**4.3.32.** Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços, objeto do presente instrumento.

**4.3.33.** Providenciar imediata correção das não conformidades apontadas pelo contratante, quanto à execução e a qualidade da assistência.

**4.3.34.** A contratada estabelecerá normas e rotinas institucionais que melhor atendam à execução dos serviços prestados aos usuários do SUS.

**4.3.35.** Alimentar os sistemas de informações necessários a execução do serviço e outros que venha a ser implementado no âmbito SUS e do CISALP.

**4.3.36.** O contratado deverá obedecer e se enquadrar ao sistema de informatização do CISALP, bem como normas instituídas, assim que os mesmos forem implantados, dentre elas o cumprimento e registro dos horários de trabalho/descanso, seguindo regulamentos internos do CISALP e estabelecimento de saúde.

**4.3.37.** Seguir normas Sanitárias Federal, Estadual e do contratante.

**4.3.38.** Deverá ser informado/protocolado, através do e-mail [contratos@cisalp.mg.gov.br](mailto:contratos@cisalp.mg.gov.br), junto à Diretoria de Gestão Estratégica do CISALP, quaisquer inconformidades e/ou eventualidade que acarrete prejuízo ou falhas na execução do contrato.

**4.3.39.** Para a referida prestação de serviços, as empresas deverão estar devidamente credenciadas ao CISALP.

**4.3.40.** Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo, sendo glosado pelo CISALP, valores e serviços em desacordo.

**4.3.41.** O Contratado deverá estar regular com todas as obrigações fiscais, trabalhistas e sanitárias.

**4.3.42.** No tocante à prestação dos serviços serão cumpridas as seguintes normas:





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



- I.** atender o usuário conforme os princípios do SUS, com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário.
- II.** é vedada a cobrança de valores, direta ou indiretamente ao usuário do SUS, assim, como solicitar doações ou que o mesmo forneça material para a realização dos procedimentos.
  - a.** o prestador será responsável por cobranças indevidas realizadas aos usuários do SUS, mesmo que essas sejam realizadas por seus funcionários.
- III.** esclarecer ao usuário do SUS sobre seus direitos e assuntos pertinentes.
- IV.** responsabilizar por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem causar ao SUS e/ou usuário.
- V.** não utilizar, nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.
- VI.** garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos usuários ao CISALP, ao paciente, ou seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos serviços.
- VII.** permitir acesso de funcionários, eventual ou permanentemente designados pelo CISALP, para supervisionar, acompanhar e auditar a execução dos serviços prestados.
- VIII.** a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelos órgãos competentes do CISALP, não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador nos termos das legislações referentes às licitações e contratos administrativos.
- IX.** não negar atendimento ao paciente encaminhado pelo contratante no que se refere aos serviços ora agendados.
- X.** a responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por imperfeições relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- XI.** cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas por força deste Termo de Referência/ Projeto Básico.
- XII.** sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização, da auditoria e da normatividade suplementar exercidos pelo CISALP sobre a execução do objeto do Contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa nos termos da Lei Federal nº. 8.080/90, do Decreto Federal nº. 1.651/95.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**XIII.** a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**XIV.** o não comparecimento diante agendamento pré-estabelecido entre contratante e contratado somente será aceito mediante justificativa plausível devidamente formalizada/comprovada e protocolada junto ao Responsável Técnico/Diretor Clínico da unidade de saúde e/ou, pessoa nomeada para esta função. O descumprimento acarretará as penalidades cabíveis descritos no edital/contrato.

**XV.** ser especializada e possuir capacidade técnica adequada para o serviço proposto.

**XVI.** os serviços deverão ser realizados, conforme necessidade e demanda do Contratante, considerando a capacidade instalada do estabelecimento e a disponibilidade de agenda e profissionais do contratante para auxiliar na prestação de serviços, a qual pode diferir durante execução do contrato, devido doenças sazonais, epidemias, implantação de novos serviços e condições orçamentárias dos entes consorciados.

**XVII.** a prestação de serviços deverá seguir os critérios de horários e vagas estabelecidos no sistema de agendamento do CISALP.

**XVIII.** fica expressamente proibido o agendamento direto entre paciente e prestador de serviços, o que, diante ocorrência, acarretará a não autorização do pagamento dos serviços.

**XIX.** a prestação dos serviços deverá ocorrer exclusivamente na sede do CISALP, na sede de clínicas de especialidades geridas pelo CISALP e/ou, nos estabelecimentos municipais dos entes consorciado.

4.3.44. É vedada a cobrança de valores, direta ou indiretamente ao usuário do SUS, assim, como solicitar doações ou que o mesmo forneça material para a realização dos serviços ofertados pelo CISALP.

4.3.45. **Deverá o contratado, no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado à critério deste consórcio, mediante solicitação justificada, proceder a devida regulamentação do estabelecimento no CNES nos campos necessários pertinentes à atividade do CISALP, sendo verificado pelos servidores competentes a regularização.**





**4.3.43.** O prestador de serviços deverá fazer o envio de registros fotográficos de todo o ambiente do estabelecimento quando solicitado pelo consórcio, podendo ser no ato do credenciamento ou durante a vigência contratual.

**4.3.44.** Fica expressamente proibido o encaminhamento de pacientes ao CISALP, seja de forma escrita ou verbal, para realização de quaisquer procedimentos, bem como, referenciar no pedido médico. O descumprimento acarretará a aplicação das penalidades cabíveis.

**4.3.45.** Alimentar o sistema de agendamento conforme todas as orientações e treinamentos realizados pelo CISALP. Não serão autorizadas condutas que não condizem com as autorizadas pelo consórcio.

**4.3.46.** Executar somente serviços agendados via sistema do CISALP. Qualquer intercorrência deverá ser imediatamente comunicada ao consórcio para prévia autorização.

**4.3.47.** Além dos requisitos da contratação já previstos no ETP e que seguem em anexo a esse termo de referência, deverá ser observado o que segue:

**4.4. Subcontratação:** A subcontratação do objeto contratual deverá ser submetida a análise prévia da contratante.

**4.5. Garantia da contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelo tipo do objeto a ser contratado.

**4.6. Vistoria:** Há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços e/ou solicitações de registros fotográficos de todo o ambiente onde os procedimentos serão executados.

**4.7. Critério de Julgamento:** A admissão do credenciamento será feita mediante comprovação dos documentos exigidos no edital.

**4.8. Requisitos da Contratação Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

**4.9. Alteração Subjetiva:** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no processo original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do processo.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**4.10. Termo de Contrato ou Instrumento equivalente:** Após a homologação do credenciamento, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, o qual poderá ser a Nota de Empenho.

**4.11. Alocação de riscos Previstos e Presumíveis:**

**4.11.1.** A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas – riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta para credenciamento – definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pela contratante.

**4.11.2.** A Contratada deverá ser qualificada para a execução do objeto bem como atender as condições de habilitação exigidas em Lei.

**4.11.3.** Para fins de habilitação fica determinado minimamente a apresentação da seguinte documentação:

**4.11.4.** Contrato Social (ou documento equivalente, como requerimento de empresário ou ato constitutivo); Cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), com emissão não superior a 90 (noventa) dias; Regularidade com a Fazenda Federal; **VÁLIDA**

**4.11.5.** Regularidade com a Fazenda Estadual; **VÁLIDA** Regularidade com a Fazenda Municipal; **VÁLIDA** Regularidade com o Fundo de Garantia (FGTS); **VÁLIDA**; Regularidade fiscal com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) – CNDT; **VÁLIDA** Certidão Negativa de Pedidos de Falência; **VÁLIDA**

**4.11.6.** Declaração assinada pelo Representante Legal da Empresa contendo o seguinte conteúdo:

**4.11.6.1.** DECLARO sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme cita em seu art. 156, que esta Empresa não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública e nem foi declarada inidônea, ciente de declarar ocorrências posteriores.

**4.11.6.2.** DECLARO sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021 que esta Empresa não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.





**4.11.6.3.** DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

**4.11.6.4.** DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.11.6.5.** DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**4.11.7.** Comprovação, para fins de demonstração de capacitação operacional, de possuir aptidão para a execução dos serviços, mediante a apresentação de atestado/certidão emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado de que a empresa proponente executou a qualquer tempo, serviços de característica semelhantes ao licitado.

**4.11.8.** Não serão considerados os atestados que tenham sido emitidos por empregados ou terceirizados da pessoa jurídica ou que não atendam ao acima disposto.

**4.11.9.** Certificação de transporte de passageiros por órgão competente, estando o veículo em perfeitas condições de rodagem assim como motorista devidamente habilitado.

**4.11.10.** Demais documentos ou exigências necessárias que esta Secretaria/este Consórcio julgar necessário;

**4.11.11.** Atender as exigências de acessibilidade da Resolução CONTRAN nº. 961/2022 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

**4.11.12.** Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

**4.11.13.** Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como





por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros;

**4.11.14.** Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à Contratante ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas;

**4.11.15.** Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços;

**4.11.16.** Contratar os empregados necessários ao perfeito cumprimento da prestação do serviço licitado;

**4.11.17.** Assumir todas as despesas inerentes à prestação dos serviços, compreendendo: despesas com a manutenção do veículo: combustíveis, lubrificantes, peças, pneus, lavagem, seguros, vistorias, taxas, impostos e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, sendo estas de inteira responsabilidade da empresa contratada;

**4.11.18.** Assumir as despesas necessárias ao cumprimento da prestação dos serviços, principalmente as decorrentes de viagens, locomoção, refeições e hospedagem e, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens;

**4.11.19.** Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de acidente que porventura venham sofrer seus funcionários quando no desempenho de suas funções;

**4.11.20.** Observar os critérios de segurança previstos pelo IPETRAN;

**4.11.21.** Demonstrar que os veículos tipo ônibus, micro-ônibus e van estão de acordo com a legislação vigente, que entre os artigos exige: cinto de segurança, extintores, controladores de velocidade (tacógrafo) entre outros;

**4.11.22.** Manter os veículos sempre limpos e em condições de uso;

**4.11.23.** Manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo;





- 4.11.24.** Cumprir o itinerário e os horários estipulados de saída e de chegada;
- 4.11.25.** Comunicar ao setor solicitante do serviço, quando não puder prestar os serviços, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, para que as partes interessadas sejam devidamente comunicadas;
- 4.11.26.** Fornecer os veículos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços;
- 4.11.27.** Demonstrar que os veículos utilizados para a prestação dos serviços estarão em perfeito estado de conservação e com as manutenções em dia. Os veículos deverão seguir rigorosamente o que tange o Código de Trânsito Brasileiro.
- 4.11.28.** Apresentar certificado(s) de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV em nome da Licitante ou de pelo menos um de seus sócios, ou ainda cópia do contrato de aluguel ou comodato, comprovando que o(s) veículo(s) de sua posse está(ão) registrado(s) sob a categoria “Aluguel”;
- 4.11.29.** Apresentar certificado de verificação do tacógrafo/cronotacógrafo, em conformidade com a legislação em vigor e Laudo de vistoria do tacógrafo/cronotacógrafo, aferidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), original e/ou autenticado, expedido e assinado por responsável competente;
- 4.11.30.** Apresentar apólice de seguro por danos pessoais, para os passageiros dos veículos, com cobertura mínima por passageiro, conforme legislação vigente;
- 4.11.31.** Apresentar, ainda, os seguintes documentos:
- IX. Do Veículo:**
- a.** CNH – Carteira Nacional de Habilitação válida adequada para o tipo de veículo e serviço a ser prestado do motorista do veículo.
- b.** Documento Único de Transferência (DUT) do veículo preenchido em nome do licitante com firma reconhecida;
- c.** Cópia Autenticada de comprovação de quitação do IPVA/2025.
- d.** A capacidade mínima de passageiros será conforme tabela deste Termo, e o veículo deverá ter no máximo 10 (dez) anos de fabricação.
- e.** Apólice de seguro veicular com cobertura a passageiros e a terceiros.
- X. Do Motorista:**
- a.** Cópia autenticada do comprovante de habilitação do motorista que irá conduzir o veículo na categoria “D”, de acordo com o Código Nacional de Trânsito;





b. Cópia autenticada do Certificado de Conclusão do Curso de Transporte de Passageiros com prazo de validade em vigor, promovido por órgão devidamente credenciado para esse fim, em nome do Licitante ou do Condutor autorizado.

## **5. MODELO E REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Regime de execução:** O regime de execução do contrato será mediante demanda apresentada pelo contratante, a qual deverá estar formalizada através do sistema de agendamento do CISALP. O CONTRATADO deverá informar na Ficha de Atendimento Médico do paciente:

- I. data do atendimento;
- II. Nome do Médico solicitante do serviço;
- III. Horário de saída da base;
- IV. Horário de saída do Paciente;
- V. Horário de chegada ao destino;
- VI. horário de saída do destino;
- VII. horário de chegada do paciente;
- VIII. horário de chegada na base;
- IX. nome completo do condutor;
- X. nome completo do profissional de saúde, informando o número com CRM/COREN;
- XI. dados completos do paciente;
- XII. placa do veículo utilizado no transporte do paciente ou exigir relatório do prestador contendo os seguintes dados:

a. Considerando o acionamento, gentileza nos informar os dados abaixo:

- i. Nome completo do(a) paciente;
- ii. MOTORISTA;
- iii. CNH;
- iv. MODELO E PLACA DO VEICULO:

## **5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

### **Fase 01: Credenciamento.**

a. O prestador será credenciado ao CISALP mediante apresentação completa da documentação exigida no edital.



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



b. Após receber 3 (três) notificações no período de 12 (doze) meses acarretará no descredenciamento da empresa ao CISALP.

#### **Fase 02: Apresentação da Demanda.**

a. Para o serviço, o qual deverá ser realizado de acordo com a demanda dos entes consorciados para viagens dentro ou fora da área de abrangência do consórcio, o ente consorciado solicitará o procedimento por meio do sistema de agendamento do CISALP, onde o prestador confirmará o agendamento e confirmará a presença do paciente, o que se torna obrigatório para gerar o faturamento/pagamento.

#### **Fase 03: Faturamento**

a) Clínicas e Hospitais apresentam a produção ao CISALP, o qual faz a conferência da produção devendo a mesma estar em conformidade ao relatório consolidado extraído do sistema de agendamento do CISALP.

b) Após alinhamento entre as partes e correção de possíveis inconsistências, o CISALP emite, aos municípios, a fatura de prestação de serviços para que os mesmos efetuem o pagamento.

#### **Fase 04: Pagamento.**

a) O prestador emitirá a Nota Fiscal relativa aos serviços executados, à diretoria financeira do CISALP, a qual efetuará a análise e determinará a liquidação.

b) A execução do serviço deverá iniciar em até 1 (um) dia útil após assinatura do contrato (conforme demanda apresentada pelo município).

c) Todos os serviços ofertados pelo proponente deverão ser obrigatoriamente executados, estando sujeito as sanções previstas neste Termo de Referência/ Projeto Básico.

d) Na execução dos procedimentos, o prestador deverá atender às necessidades, condições e normas fixadas pelo CISALP, estar em consonância com as legislações descritas, atinentes à prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência/ Projeto Básico, visando garantir a qualidade dos mesmos aos usuários do SUS.

e) A Portaria de Consolidação nº 01/2017, do Ministério da Saúde que dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores para execução dos serviços de saúde no Sistema Único de Saúde.





- f) A Resolução RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação dos Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde.
- g) A Resolução RDC nº 63 de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os serviços de saúde.
- h) A Resolução RDC nº 509 de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.
- i) Os prestadores que realizarão procedimentos deverão dispor de acesso específico para as pessoas com deficiência física, conforme o disposto na ABNT/NBR 9.050/2020 e demais legislações aplicáveis.
- j) Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)): o prazo de garantia contratual será conforme estabelecido no edital.

## **6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**6.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**6.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**6.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**6.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**6.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**6.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.





**6.7.** O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**6.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**6.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**6.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**6.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**6.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**6.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1. Das disposições gerais**

**7.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.1.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**7.1.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



eletrônica para esse fim, nesse caso os seguintes e-mails: [licitacao@cisalp.mg.gov.br](mailto:licitacao@cisalp.mg.gov.br),  
[credenciamentos@cisalp.mg.gov.br](mailto:credenciamentos@cisalp.mg.gov.br);

**7.1.4.** O CISALP poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**7.1.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**7.2. Da Fiscalização:** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (vide art. 117, “caput” da Lei nº 14.133/2021).

**7.3. Da Fiscalização Técnica:**

**7.3.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Conforme art. 22, VI da Portaria nº. 10/2025 do CISALP);

**7.3.2.** O fiscal técnico do contrato poderá anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (conforme art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 22, II da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

**7.3.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (conforme art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 22, III da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

**7.3.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (conforme art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 22, IV da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

**7.3.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do





contrato (conforme art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 22, V da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

**7.3.6.** O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (conforme art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 22, VII da Portaria nº 10/2025 do CISALP).

#### **7.4. Da Fiscalização Administrativa**

**7.4.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, os pagamentos, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (conforme art. 23, I e II da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

**7.4.2.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (conforme art. 23, IV da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

#### **7.5. Da Gestor do Contrato:**

**7.5.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando quando necessário e pertinente, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (conforme art. 21, IV da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

**7.5.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (conforme art. 21, II da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

**7.5.3.** O gestor do contrato anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (conforme art. 21, III da Portaria nº 10/2025 do CISALP);





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**7.5.4.** O gestor do contrato emitirá, quando necessário e pertinente, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (conforme art. 21, VIII da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

**7.5.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (conforme art. 21, X da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

**7.5.6.** O gestor do contrato deverá elaborar, quando for o caso, relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (conforme art. 21, VI da Portaria nº 10/2025 do CISALP);

**7.5.7.** O gestor do contrato, quando for o caso, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamentos, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

### **8.1. Recebimento:**

**8.1.1.** Os serviços serão prestados e após, será emitido um instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**8.1.2.** O profissional deverá agir sempre para expor o paciente ao menor risco de vida possível. Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o contratante poderá:

**I.** se disser respeito à execução do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que o mesmo seja executado novamente, sem custo adicional, considerando a situação de saúde do paciente; bem como poderá proceder com a rescisão da contratação, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



- II.** Qualquer intercorrência durante a execução do serviço, o contratado deverá imediatamente comunicar o contratante e tomar todas as providências necessárias a manter a saúde do paciente.
- III.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- IV.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- V.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- VI.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- VII.** O recebimento do serviço não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- VIII.** Somente serão aceitos SERVIÇOS que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.
- IX.** Fica proibido a execução de serviços antes da confecção do contrato, sujeito a não realização do pagamento.
- X.** É de responsabilidade do contratado o envio do faturamento até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente a realização dos procedimentos.
- XI.** Que para maior agilidade e rapidez no pagamento, o faturamento deverá ser enviado para o e-mail [faturamento@cisalp.mg.gov.br](mailto:faturamento@cisalp.mg.gov.br), e a nota fiscal para pagamento, para o e-mail [financeiro@cisalp.mg.gov.br](mailto:financeiro@cisalp.mg.gov.br).
- XII.** **Não serão considerados faturamentos e notas fiscais enviados via WhatsApp.**





## **8.2. Liquidação**

**8.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**8.2.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) Dados bancários (banco, agência e conta);

**8.2.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**8.2.4.** O prazo para a correção de que trata o item 8.2.3 por parte do fornecedor/prestador de serviço será de 2 (dois) dias úteis.

**8.2.5.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

**8.2.6.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o nível NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.7.** A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;





b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**8.2.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**8.2.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.2.10.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**8.2.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3. Prazo e forma de Pagamento**

**8.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após apresentação e aceitação da Nota Fiscal, que deverá vir acompanhada dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**8.3.1.1.** Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**8.3.1.2.** Ficará suspenso o pagamento em caso de fornecimento incompleto ou parcial dos produtos, até a sua regularização pela Contratada.

**8.3.1.3.** O pagamento efetuado pelo Município estará sujeito a eventuais retenções expressamente previstas em Lei, se for o caso.





**8.3.1.4.** A vigência do Contrato oriundo deste Processo Licitatório ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as exceções previstas no Art. 57 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**8.3.1.5.** A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.

**8.3.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente ou boleto bancário, indicados pelo contratado, devendo obrigatoriamente o crédito ser realizado para o mesmo CNPJ contratado com a administração pública.

**8.3.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.3.4.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.3.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.3.6.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

**8.3.7.** Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.

**8.3.8.** As transferências que serão feitas para outros bancos que não seja banco do Brasil será descontado a despesa de transferência bancária.

**8.3.9.** Os valores constantes no Anexo VI correspondem ao valor total dos produtos contratados, já incluídos todos os recolhimentos tributários, previdenciários, fiscais, trabalhistas e quaisquer outros porventura incidentes.

**8.3.10.** No valor do serviço/produto estão inclusas todas as despesas geradas para o deslocamento do profissional. Quaisquer intercorrências durante o deslocamento serão de responsabilidade do CONTRATADO.

**8.3.11.** Quaisquer despesas extras ou valores cobrados em desacordo com o Termo de Contrato não serão autorizadas pelo CISALP.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



#### **8.4. Das Retenções Fiscais:**

**8.4.1. DO IMPOSTO DE RENDA:** Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

**8.4.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL:** Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

**8.4.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) -** Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto no IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

**8.4.4.** A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

**8.4.5.** A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.

**9. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA E DA HABILITAÇÃO:**  
Serão consideradas aptas à avaliação técnica todos os estabelecimentos que apresentarem os documentos solicitados no Item 10. conforme o art. 62 da Lei nº. 14.133/2021. Os estabelecimentos que não atenderem aos requisitos exigidos pelo presente Termo de Referência/ Projeto Básico não serão credenciados.

#### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**10.1.** Poderão participar todos os interessados que se apresentarem para credenciamento a qualquer momento, durante a vigência do Edital, que estejam cumprindo as normas técnicas e administrativas aplicáveis e aos princípios e diretrizes do SUS, bem como as





normas Sanitárias: Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto, atendendo integralmente ao disposto no Edital de Chamamento Público e seus anexos.

**10.2.** Os interessados deverão aceitar os valores referentes à realização dos procedimentos constantes neste Termo de Referência/Edital e os reajustes seguirão os critérios legais.

**10.3.** Todos os interessados em prestar os serviços objeto deste credenciamento deverão participar do chamamento, **INCLUSIVE AS EMPRESAS JÁ CREDENCIADAS**, igualmente obrigadas a apresentar a documentação exigida e demonstrar o cumprimento dos requisitos deste Projeto Básico/Termo de Referência edital e legislações vigentes.

**10.3.1.** O regime de execução do contrato é o constante nesse Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

#### **10.4. Da Solicitação de Credenciamento**

**10.4.1.** Os interessados deverão apresentar sua oferta em consonância com sua capacidade técnica operacional.

**10.4.2.** A empresa credenciada somente fará jus aos valores correspondentes à realização dos procedimentos, previamente encaminhados, quando autorizados pelo contratante e efetivamente prestados.

**10.4.3.** A critério do contratante, o remanejamento nos quantitativos dos procedimentos elencados.

#### **10.5. Da apresentação dos documentos:**

**10.5.1.** Os documentos dos interessados em se credenciar somente serão recebidos quando estiverem totalmente regularizados. Assim, não será aceito o envio parcelado de documentos em razão de pendências documentais.

**10.5.1.1.** Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, os quais serão conferidos pela funcionária nomeada para esta função:

- I.** Ficha de solicitação de credenciamento (ANEXO I);
- II.** Relação nominal dos profissionais que compõe a equipe técnica do serviço informando, o nome, CPF, cargo, função, número de inscrição no Conselho de Classe devidamente atualizada e assinada pelo Responsável Técnico do estabelecimento de saúde (ANEXO III);
- III.** Comprovante de que houve a solicitação de regularização do CNES do estabelecimento como SUS: SIM junto ao município sede do fornecedor interessado;





- IV. Licença Sanitária Municipal da empresa participante, em vigor, para prestar o serviço a ser contratado, quando o couber;
- V. Licença de Funcionamento ou sua justificada dispensa conferida por órgão sanitário (art. 51 da Lei Federal nº 6.360/76 e Decreto nº 8077/2013);
- VI. Certificado de Regularidade da Empresa junto ao Conselho Regional de Medicina em plena validade;
- VII. Declaração de concordância com os preços dos serviços constantes no rol deste Termo de Referência/ Projeto Básico (ANEXO II).

**10.5.2. Exigências de Habilitação:** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**10.5.2.1. Habilitação Jurídica**

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº. 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,





respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**g)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**10.5.3.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **10.5.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**II.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**III.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**IV.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**V.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**VI.** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**VII.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a





apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**VIII.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **10.5.2.3. Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Justifica-se esta exigência para aferir o potencial do fornecedor para o cumprimento do objeto ora licitado, uma vez que aquele que contém certidão negativa se demonstra melhor estruturado para atendimento às demandas do CISALP. Além disso, este requisito encontra-se previsto na Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, “*caput*”, inciso II, a qual autoriza sua exigência.

**10.5.3. Do Credenciamento dos Interessados:** O credenciamento dos prestadores ocorrerá nas seguintes condições:

**10.5.3.1.** Todo prestador que atender às condições estabelecidas neste Termo de Referência/ Projeto Básico, Edital e seus ANEXOS serão credenciados.

**10.5.3.2.** Poderá a qualquer momento em aferimento da vida idônea do profissional ser solicitada Certidão Cível e Criminal de todos os médicos que prestarão serviços para o CISALP, vinculado ao procedimento que irão realizar.

**10.5.3.3.** Serão selecionados para contratação somente os profissionais **médicos** que efetivamente encontram-se credenciados e em atividade, com capacidade técnica para realizar procedimentos, seguindo o fluxo de autorização e encaminhamento definido pelo CISALP.

**10.5.3.4.** O Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços interessadas em realizar procedimentos, deverão credenciar-se junto ao CISALP, para celebrar o CONTRATO, englobam os prestadores públicos, filantrópicos e privados com e sem fins lucrativos, de forma complementar, de acordo com a necessidade do contratante nos ditames deste Projeto Básico/Termo de Referência.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**10.5.4. Da escolha do Prestador:** Ocorrerá conforme a análise do médico RT responsável pela confecção da escala médica juntamente com médico diretor clínico, mediante demanda da unidade.

**11. REGIME DE EXECUÇÃO:** O regime de execução do contrato será por produção, sendo autorizado o pagamento somente para serviços devidamente prestados.

**12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: Valor Total: R\$4.776.800,00 (quatro milhões, setecentos e setenta e seis mil e oitocentos reais). O valor global estimado para possível prestação de serviços do objeto constante neste Termo de Referência é de R\$4.905.200,00 (quatro milhões, novecentos e cinco mil e duzentos reais). Conforme custos unitários apostos na tabela acima, que trata da definição do objeto nesse termo de referência.**

Ressalta-se que os quantitativos são estimados e que não necessariamente serão todos usados, uma vez que dependerá da demanda de cada município consorciado. Sua disposição foi necessária para que tenhamos os procedimentos à disposição de todos os entes do consórcio.

Não haverá acréscimos e o município se obriga a contratar do quantitativo ora previsto, somente aqueles que forem efetivamente necessários, segundo requisição emitida pelo Departamento Competente.

**13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CISALP deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:**

Exercício de 2025:

**5.3.10.302.9003.2.903.3.3.90.39 – Ficha 57**

**15. DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO:** O presente Termo de Referência não terá caráter sigiloso e poderá ser divulgado em sua íntegra em qualquer fase da licitação nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

**16. DA PADRONIZAÇÃO E DO PARCELAMENTO:**

**15.1.** A equipe de planejamento decidiu parcelar a solução, optando por aplicação de itens, eis que mostra tecnicamente e economicamente viável a divisão da solução a ser





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



contratada, abrindo vistas a vários prestadores aptos a buscarem o item aplicável a sua área de atuação, conforme sua formação técnica e profissional.

**15.2.** Desse modo, a solução parcelada para o CISALP tem a aplicabilidade mais eficiente, sendo que a contratação depende das demandas dos Entes Consorciados, podendo ser flutuante de mês para mês, além de ampliar o mercado para o objeto a ser licitado, tendo como finalidade buscar economia de escala e maior número de prestadores capacitados, além da viabilidade de reduzir custo médio do escopo da diluição dos custos fixos.

**15.3.** O mesmo também se justifica pelo fato de que nem todos os profissionais dispõem de qualificações nos cursos/especializações, sendo itens que serão faturados somente para os profissionais devidamente habilitados.

**15.4.** A padronização do objeto da contratação em relação às especificações técnicas, de desempenho, assistência e garantias oferecidas, garante a maior vantajosidade para a administração pública, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

## **16. FINALIDADE:**

**16.1.** A finalidade desta contratação é garantir a excelência na prestação de serviços em saúde, assegurando que as empresas (clínicas, hospitais, empresas de transporte, entre outros relacionados direta e indiretamente) estejam devidamente habilitadas perante o CISALP, para estar executando suas funções, estejam devidamente credenciados e habilitados em seus respectivos conselhos de classe, seguindo todas as normativas do CISALP. O processo licitatório será conduzido em estrita conformidade com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

**16.2.** Além do objetivo primordial, este certame busca ampliar a eficiência nas contratações públicas. Visa promover a troca de experiências, buscando constantemente a melhor relação entre custos e benefícios para o setor público. Busca-se incentivar e fortalecer a saúde no âmbito da prestação de serviços em saúde, fomentando práticas e soluções que contribuam para a melhoria contínua da qualidade assistencial. O processo licitatório tem como propósito padronizar o objeto da contratação em relação a todas as observâncias necessárias ao bom andamento e eficiência na prestação de serviços, para que o mesmo ofereça vantagens para a administração pública considerando os aspectos





econômicos, sociais e ambientais. O processo licitatório seguirá padrões de ampla publicidade, divulgando todas as fases e procedimentos, bem como os contratos resultantes, em sítio eletrônico. Este compromisso visa garantir a transparência e o acesso à informação.

#### **16. DA MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA:**

O Chamamento Público é uma modalidade de contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, através de valores estão previamente fixados pelo contratante através de orçamentos realizados e que, diante a demanda de serviços, são necessárias várias empresas com disponibilidade para oferecer o serviço em seus próprios estabelecimentos.

#### **17. BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO:**

- 17.1.** Alcançar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.
- 17.2.** Garantir o acesso, pelo paciente, a procedimentos especializados de saúde ainda não fornecidos diretamente pelos municípios.
- 17.3.** Oferecer prestadores em quantidades suficientes a atender os vazios assistenciais dos municípios.
- 17.4.** Oferecer serviços em grande escala, visando o princípio da economicidade.
- 17.5.** Oferecer serviços de forma eficaz e responsável.
- 17.6.** Otimizar as atividades e ações desenvolvidas pelos municípios.
- 17.7.** Ampliar as ações de prevenção de agravos.
- 17.8.** Oferecer serviços de saúde especializados e multiprofissionais, com qualidade e em tempo oportuno.

#### **19. JUSTIFICATIVA**

**19.1.** A referida contratação se faz necessária devido ao grande número de viagens realizadas para atender aos pacientes dos municípios, uma vez que os mesmos têm realizado e agendado um grande número de consultas e cirurgias eletivas em outras cidades do próprio estado de Minas Gerais e de outros estados próximos, visto que tais serviços médicos especializados não serem realizados nos municípios consorciados ao CISALP. Além disso, as frotas das Secretarias de Saúde dos municípios consorciados ao CISALP e o número de motoristas também não atendem quantitativamente às demandas da população. Dessa forma, justifica-se a necessidade de contratação de empresa





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



especializada em transporte, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais dos municípios.

Faz-se, aqui, justo salientar que, dada a grande abrangência, com notável cobertura no estado de Minas Gerais, é necessário que o CISALP contrate significativa quantidade neste processo. Afinal, trata-se de um serviço cujo a disponibilidade é indispensável, tanto a este Consórcio Intermunicipal quanto aos 40 (quarenta) entes consorciados.

O presente processo de contratação tem como base nos princípios administrativos da publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, bem como em critérios técnicos, para a contratação de serviços destinados às atividades de serviços de saúde, em atendimento a demanda do CISALP e Entes Consorciados.

A necessidade constante enfrentada pelos órgãos públicos de saúde, no sentido de suprir a demanda em média e alta complexidade, tanto em procedimentos eletivos, quanto nas urgências e emergências, somente pelas vagas disponibilizadas pelas esferas estaduais e federais, traz aos Consórcios de Saúde a função de, como órgão integrante da administração indireta dos municípios, ser um auxiliador em atender as demandas desses municípios enquanto entes consorciados. Enquanto atendente dos vazios assistenciais dos entes consorciados, traz a necessidade da referida contratação, o que visa, além de garantir a oferta de serviços em larga escala, conforme necessidade e disponibilidade financeira dos municípios, também garante a oferta de serviços essenciais à população, conforme critérios de agendamento estabelecidos por cada ente. Todos os itens que constam em tabela, são essenciais para dar continuidade na prestação de serviços, uma vez já os tendo credenciado ficará à disposição de cada ente a sua contratação.

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196, que dispõe que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação; Considerando a Lei nº 8.080 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



Considerando a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

Por todo o exposto, a contratação na modalidade Chamamento Público se faz viável ante a inviabilidade de competição, visto que os valores estão previamente fixados pelo Contratante através de orçamentos realizados e que, diante a demanda de serviços, são necessárias várias empresas com disponibilidade para oferecer o serviço em seus próprios estabelecimentos.

Assim, CISALP tem papel relevante no desenvolvimento de ações e prestação de serviços que promovam, além da promoção, prevenção e proteção da saúde, também no tratamento, recuperação e reabilitação do paciente SUS.

Por todo o exposto, justifica-se necessária a referida contratação, uma vez que, serviços em saúde, são indubitavelmente um dos pilares essenciais da administração pública.

Lagoa Formosa/MG, 19 de julho de 2025.

**Luiz Fernando dos Reis Sousa**

**COORDENADOR DE TRANSPORTES**

**SETOR REQUISITANTE**





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



## ANEXO XII

### Formulário de Requerimento de Prestação de Serviços

Venho, por meio deste, encaminhar a empresa \_\_\_\_\_  
solicitação de prestação do serviço

\_\_\_\_\_, situada no endereço \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, conforme

critérios estabelecidos no Edital do Processo Licitatório nº 046 de 2025, Inexigibilidade por Credenciamento nº 015 de 2025.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura e Carimbo do Responsável pela Instituição.**





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



## ANEXO XIII

(NÃO PRECISA SER PREENCHIDA PELO LICITANTE)

### MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2025

INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 015/2025

TERMO DE CONTRATO QUE  
CELEBRAM O CONSÓRCIO PÚBLICO  
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA  
MICRORREGIÃO DO ALTO  
PARANAÍBA - CISALP E O(A)  
(\*\*\*\*\*).

Pelo presente Termo de Credenciamento o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA - CISALP, pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 02.319.394/0001-70, com sede à Rua Juquinha Souto, nº 100, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, doravante denominado CONTRATANTE, credencia (\*\*\*\*\*) inscrito no CNPJ sob o nº (\*\*\*\*\*), doravante denominado CONTRATADO, representada pelo sócio administrativo (\*\*\*\*\*), para prestar (\*\*\*\*\*) na área de Consórcio, mediante sujeição mútua às cláusulas que se anunciam e ao processo de Inexigibilidade por Credenciamento nº 005/2025, ratificado no dia (\*\*\*\*\*).

**I. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:** Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de Transporte de Pacientes para unidades de saúde localizadas fora do município, para atender às necessidades da população que demandam de especialidades médicas não cobertas pelas unidades de saúde dos municípios consorciados ao CISALP.

Vale ressaltar que não há garantia de consumo mínimo, sendo o pagamento realizado por contratação individualizada de produção (item), conforme detalhamento na tabela abaixo, estabelecida de acordo com as condições e exigências delineadas neste instrumento.

**II. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:** O Contratado obriga-se a prestar os serviços, objeto deste edital de credenciamento, a saber: Prestação de serviço pelo valor de R\$ (\*\*\*\*\*), nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvem o serviço.

**III. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RETENÇÕES FISCAIS**

**1. DO IMPOSTO DE RENDA:** Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar





essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

**2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL:** Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

**3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO)** - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

**4.** A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

**5.** A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.

#### **IV. CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO**

**1. Recebimento:** Os serviços serão prestados e após, será emitido um instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**a.** Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o contratante poderá: a) se disser respeito à execução do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que o mesmo seja executado novamente, sem custo adicional; bem como poderá proceder com a rescisão da contratação, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**b.** Qualquer intercorrência durante a execução do serviço, o contratado deverá imediatamente comunicar o contratante e tomar todas as providências necessárias a manter o estabelecimento em funcionamento, sem prejuízo ao funcionamento do estabelecimento de saúde.

**c.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**d.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**e.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à





empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

f. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

g. O recebimento do serviço não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**2. Liquidação:** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato ( CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**2.1.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**2.2.** O prazo para a correção de que trata o item 8.10 por parte do fornecedor/prestador de serviço será de 2 (dois) dias úteis.

**2.2.1.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

**2.2.2.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o nível NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.3.** A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como





ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**2.2.4.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**2.2.5.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**2.2.6.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**2.2.7.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**3. Prazo de Pagamento:** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**3.1.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária. Forma de pagamento.

**3.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente jurídica indicados pelo contratado.

**3.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.4.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.4.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**3.4.2.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

**3.5.** Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.

**V. CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária do





CISALP, por intermédio dos recursos consignados no Orçamento Anual do CISALP, para o ano 2025 e correlatas para o ano de 2025:

5.3.10.302.9003.2.903.3.3.90.39 – ficha 57

## **VI. CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

1. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
2. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato.
3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado.
4. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato.
5. Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.
6. Realizar a conferência e monitoramento dos códigos dos procedimentos realizados.
7. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados.
- i. Aplicar as sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei 14.133/2021. 6.9. Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do CISALP, no prazo estabelecido na lei.
8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso Público ao Relatório de Gestão Fiscal.
9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos credenciados com relação ao objeto desta licitação.
10. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato.

## **VII. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- a. Executar os termos do instrumento contratual em conformidade com as especificações básicas constantes do edital.
- b. Ser responsável, em relação aos seus motoristas e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, equipamentos e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento. Referente aos materiais necessários à prestação dos serviços, considerar as exigências contidas no ETP.
- c. para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



- d.** para fins de pagamento, a empresa prestadora de serviços deverá, OBRIGATORIAMENTE, anterior a prestação dos serviços, apresentar relatório detalhado dos materiais que serão utilizados.
- e.** após executado o serviço, o contratado deverá apresentar a nota fiscal de prestação de serviços junto ao relatório de serviços detalhados.
- f.** o prestador não poderá utilizar materiais que não foram previstos em contrato, ficando sujeito a aplicação de penalidades cabíveis, além do não recebimento do serviço prestado.
- g.** Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
- h.** Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber.
- i.** Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução.
- j.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante.
- k.** Manter disciplina nos locais dos serviços, quando for o caso, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante.
- l.** Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas.
- m.** Apresentar, quando solicitado pelo órgão ou entidade contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo, quando couber.
- n.** Apresentar à Contratada, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
- o.** Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado.
- p.** Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



- q. Assegurar o funcionamento em perfeitas condições para a realização dos serviços ora propostos com a proposta de solução visando a NÃO interrupção dos serviços.
- r. Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços, objeto do presente instrumento.
- s. Providenciar imediata correção das não conformidades apontadas pelo contratante, quanto à execução e a qualidade da assistência.
- t. Seguir normas Sanitárias, Federal, Estadual e do contratante.
- u. Deverá ser informado ao CISALP sobre as não conformidades detectadas nos municípios consorciados, que poderão comprometer a efetiva prestação dos serviços.
- v. No tocante à prestação dos serviços serão cumpridas as seguintes normas:
  - i. responsabilizar por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem causar ao SUS e/ou usuário.
  - ii. permitir acesso de funcionários, eventual ou permanentemente designados pelo CISALP, para supervisionar, acompanhar e auditar a execução dos serviços prestados.
  - iii. a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelos órgãos competentes do CISALP, não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador nos termos das legislações referentes às licitações e contratos administrativos.
  - iv. a responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por imperfeições relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
  - v. cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas por força deste Termo de Referência/ Projeto Básico.
  - vi. sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização, da auditoria e da normatividade suplementar exercidos pelo CISALP sobre a execução do objeto do Contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa nos termos da Lei Federal nº. 8.080/90, do Decreto Federal nº. 1.651/95.
  - vii. a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- w. Os serviços deverão ser realizados, conforme necessidade e demanda do Contratante.
- x. O serviço proposto também abrange os municípios que se consorciarem durante vigência do Contrato Administrativo e estabelecimentos geridos pelo CISALP.
- y. O serviço proposto abrange o município de Patos de Minas.

#### **VIII. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONSORCIADO:**

1. Nomear um colaborador responsável para acompanhar e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato.
2. Comunicar a contratada qualquer ato complementar e que impossibilite a realização do serviço.





3. Encaminhar o ofício de solicitação de pagamento, juntamente com a comprovação do serviço executado, seguindo o relatório contido no anexo XI do edital, realizando os repasses financeiros ao CISALP, conforme datas e critérios estabelecidos.

**IX. CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA DO CONTRATO:** Será firmado o Termo de Contrato com validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos das alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 da Lei 14.133/21 até o limite de 120 (cento e vinte) meses tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

**X. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL**

1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido a critério do contratante, sem que ao contratado caiba qualquer indenização, ou, reclamação.

2. A inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas da Lei Federal 14.133/21.

3. O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido se, por algum motivo, o contratado deixar de possuir as condições de habilitação exigidas no Edital de Credenciamento.

4. A rescisão deste Termo de Credenciamento poderá ocorrer nas formas previstas no Artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.

5. Poderá ser solicitada rescisão de Termo de Contrato por parte do CONTRATADO, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, condicionada à análise do contratante quanto a possibilidade da rescisão antes do término de vigência do presente Termo.

**XI. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES E SANÇÕES**

1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Termo de Contrato, para cada notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

2. A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

3. O CONTRATADO ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

4. Verificada uma das hipóteses previstas nos subitens anteriores, o CISALP poderá optar pela convocação dos demais contratados, se houver.

5. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado o CISALP poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Contrato juntamente com as seguintes sanções.

a. Advertência.

b. Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.





c. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

6. As sanções previstas na alínea “C”, do subitem 11.2.2, são de competência exclusiva do Presidente do CISALP, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

## **XII. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROTEÇÃO DE DADOS**

1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.





i. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **XIII. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS**

**1.** Fazem parte deste instrumento o disposto no Edital de Contrato e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.

**2.** A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Termo de Contrato, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

**3.** O CONTRATADO se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto nas Cláusulas Décima e Décima Primeira.

**4.** O presente Termo de Contrato é regido pela Lei Federal 14.133/21 e alterações.

**5.** Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas - MG, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Contrato.

E, por assim estarem de acordo e ajustados, firmam este instrumento em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas para a produção dos desejados efeitos jurídicos.

Lagoa Formosa - MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**FERNANDO BRENO VALADARES**

**VIEIRA**

Presidente do CISALP  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**MARCELA MORAIS**

Procuradora Geral do CISALP  
OAB/MG 137.089

\_\_\_\_\_  
Fornecedor  
Representante  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

I. Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



II. Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

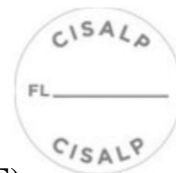




Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**ANEXO XIV (NÃO PRECISA SER PREENCHIDA PELO LICITANTE)**

**MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2025**

**INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 015/2025**

Pelo presente Termo de Credenciamento o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA - CISALP, pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 02.319.394/0001-70, com sede à Rua Juquinha Souto, nº 100, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, doravante denominado CONTRATANTE, credencia (\*\*\*\*\*) inscrito no CNPJ sob o nº (\*\*\*\*\*), doravante denominado CONTRATADO, representada pelo sócio administrativo (\*\*\*\*\*), para prestar (\*\*\*\*\*) na área de Consórcio, mediante sujeição mútua às cláusulas que se anunciam e ao processo de Inexigibilidade por Credenciamento nº. 012/2025, ratificado no dia (\*\*\*\*\*).

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** O presente termo tem por objeto o I. Chamamento Público, objetivando a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de Transporte de Pacientes para unidades de saúde localizadas fora do município, para atender às necessidades da população que demandam de especialidades médicas não cobertas pelas unidades de saúde dos municípios consorciados ao CISALP, bem como às clínicas de especialidades médicas por ele geridas, que passa a integrar este termo, independentemente de transcrição.

**1.2** A prestação dos serviços ocorrerá sem a cobrança de taxa de administração, nos termos e condições estabelecidos no edital de chamamento público e na proposta apresentada pela empresa credenciada.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

**2.1.** São obrigações da empresa credenciada:

**2.1.1.** Disponibilizar os cartões eletrônicos com chip de segurança, nos prazos e condições previstas no edital;

**2.1.2.** Garantir o funcionamento da rede de estabelecimentos credenciados para aceitação dos cartões, com ampla cobertura regional;

**2.1.3.** Assegurar a recarga mensal dos cartões, conforme valores e datas definidos pelo CISALP;

**2.1.4.** Disponibilizar sistema de controle e relatórios para acompanhamento dos créditos

fornecidos;

 [www.cisalp.mg.gov.br](http://www.cisalp.mg.gov.br)

 (34) 3080-0315

 @cisalp

**Sede CISALP**

 Rua Juquinha Souto, nº 100 - Novo Horizonte  
Lagoa Formosa-MG | CEP: 38720-000



2.1.5. Manter os serviços em pleno funcionamento durante toda a vigência do credenciamento;

2.1.6. Cumprir integralmente as exigências do edital, seus anexos e legislação aplicável.

### 3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1. O presente termo terá vigência enquanto o presente processo tiver validade, contados a partir da data de sua assinatura.

### 4. **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

8.3. O valor do transporte sanitário será definido exclusivamente pelo CISALP, conforme previsão orçamentária e conveniência administrativa, que terá influência da escolha de seus empregados, tendo em vista a escolha do vale alimentação ser à critério do beneficiário direto da prestação.

8.4. A empresa credenciada não fará jus a qualquer taxa de administração sobre os valores repassados aos cartões.

### 9. **CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

9.3. O presente termo poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

9.4. Também poderá ser rescindido unilateralmente pelo CISALP, nos casos previstos na legislação ou no edital, especialmente em caso de descumprimento contratual ou interesse público devidamente justificado.

### 10. **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

10.3. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a empresa credenciada às penalidades previstas no edital, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis.

### 11. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

11.3. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste termo, as partes elegem o foro da Comarca de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Lagoa Formosa/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



---

**Fernando Breno Valadares Vieira**  
Presidente do CISALP

---

**Fornecedor**  
**Representante**

---

**Marcela Morais OAB/MG 137.089**  
**PROCURADORA GERAL**

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

CPF:

2. \_\_\_\_\_

CPF: